



**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE ABRIL  
DE DOIS MIL E DEZ.**

----- No dia dezanove de Abril de dois mil e dez, teve lugar no Solar dos Peixotos, a segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: José António Santos Esteves Correia (justificada) Renato Alexandre Reis Pereira (justificada) e Tiago Miguel Marques dos Santos Escada. -----

- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites de diversas entidades e organismos. -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico três exemplares dos Boletins números: cento e oitenta e oito, referente ao mês de Fevereiro de dois mil e dez e cento e oitenta e nove, referente ao mês de Março de dois mil e dez. Remeteu também as circulares números quarenta e três/dois mil e dez e cinquenta/dois mil e dez sobre Intempéries na Madeira, solicitando apoio e solidariedade para com as populações dos Municípios de Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos e Ribeira Brava. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: Diversos convites à Assembleia Municipal; expediente para ser agendado na Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia dezanove de Abril de dois mil e dez, bem como informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- A Escola Profissional de Torredeita remeteu a esta Assembleia a Revista trimestral “Evoluir Aprendendo”. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Penalva do Castelo, agradece o convite para o jantar para o dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, mas não pode estar presente. -----

- A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões enviou a esta Assembleia cópias dos ofícios que remeteram ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior onde anexavam Moção sobre “Criação da Universidade Pública de Viseu”. -----

- O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro, em nome do Senhor Ministro, acusa a recepção do ofício número duzentos e catorze/dois mil e dez de catorze de Janeiro de dois mil e dez, sobre “Criação da Universidade Pública de Viseu”. -----

- A Assembleia Municipal de Carregal do Sal, remeteu a esta AMV, cópia do ofício que enviaram ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a “Criação da Universidade Pública de Viseu”. -----



- Os Grupos Parlamentares do PSD e PCP, acusam recepção da Moção sobre “Encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois”, aprovada na Sessão Ordinária desta AMV de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. -----
- Um Grupo de Pessoas Defensoras dos Interesses do Concelho de Viseu, remeteu carta/protesto a esta Assembleia sobre anomalias que se passam no Serviço de Finanças de Viseu Um, devido às atitudes tomadas pelo Chefe daquela Repartição, Senhor António de Matos Fernandes Correia. -----
- A Assembleia Municipal de Seia remeteu a esta AMV cópia da Moção sobras as “Acessibilidades IC/Seis, IC/Sete e IC/Trinta e Sete”, aprovada na Sessão Ordinária daquela Assembleia de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. -----
- O Grupo Parlamentar do Partido “Os Verdes”, enviou ofício a esta AMV a informar que apresentou um conjunto de aditamentos à proposta de “PIDDAC para dois mil e dez”. ----
- A Delegação Distrital da ANAFRE em Viseu, remeteu ofício a esta Assembleia a solicitar apoio e colaboração para com o “Movimento Solidário pela Madeira”, visando a resolução de problemas essenciais das populações afectadas pelas intempéries. -----
- Esta Assembleia recebeu e-mail do Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira, agradecendo a solidariedade quando da catástrofe que atingiu a Ilha da Madeira. -----
- Solicitou, via e-mail, a justificação de falta à Sessão Ordinária desta AMV que se realizou no passado dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, o Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes, do Grupo Parlamentar do PS. -----
- Solicitam, via e-mail, a suspensão do mandato, pelo período de um mês, o Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos e a Senhora Deputada Cristina de Almeida Lourenço Varandas do Grupo Parlamentar do PS. -----
- Solicitou, via e-mail, a justificação de falta à Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia dezanove de Abril de dois mil e dez, o Senhor Deputado Renato Alexandre Reis Pereira, do Grupo Parlamentar do PSD. -----
- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Foi dada autorização, por via oficiosa, aos Partidos Políticos, bem como às Entidades e Organismos que solicitaram a cedência do Salão desta Assembleia Municipal. -----
- Foram remetidos à Câmara Municipal de Viseu as Certidões e Deliberações em Minuta, tomadas em Sessão Ordinária desta AMV, realizada do passado dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. -----
- Foi remetido ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira a Moção de “Solidariedade para com os concidadãos madeirenses”, aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. -----
- Foram remetidas duas Moções sobre o “Encerramento do Serviço de Finanças de Viseu Dois”, aprovadas por unanimidade na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, às seguintes entidades: Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado e das Finanças; Senhor Secretário de Estrado da Administração Local; Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, bem como a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. -----
- Foi remetido ofício a todos os Agrupamentos de Escolas do Primeiro Ciclo, Nuclisol – Jean Piaget e Colégio da Imaculada Conceição, sobre “V Assembleia Municipal Infantil – “SER SOLIDÁRIO E PROMOVER A INCLUSÃO”, solicitando a confirmação de adesão à mesma. -----
- Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia dezanove de Abril de dois mil e dez.



- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, Editais da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia 19 de Abril de 2010, para afixação na sede das mesmas, bem como aos Partidos Políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----
- Foi enviada, via e-mail, aos Lidares Parlamentares a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----
- Foram convocados para a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal que se realizará em dezanove de Abril de dois mil e dez, via oficiosa, a Senhora Deputada Fernanda do Sul Ferreira e o Senhor Deputado Alexandre João Oliveira Gonçalves dos Santos, do Grupo Parlamentar do PS, em virtude do Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos e a Senhora Deputada Cristina de Almeida Lourenço Varandas terem pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de quinze de Abril de dois mil e dez. -----
- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, após a verificação das faltas acima referenciadas e tendo aferido a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito bom dia Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Comunicação Social, Público presente. Vamos dar início à nossa Assembleia Municipal Ordinária. Antes de passarmos ao Período Antes da Ordem do Dia e depois também ao Período da Ordem do Dia, gostava só de deixar aqui três ou quatro informações. Por um lado, dizer que hoje mesmo já serão distribuídos os cartões às Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais. Já optámos por um formato bastante mais simpático do ponto de vista de o trazerem na carteira, de o poderem utilizar, portanto, isto hoje será distribuído. Em relação à Sessão do Vinte e Cinco de Abril também dar a informação, vai ser distribuído a convocatória e os convites, ela terá lugar na Freguesia de Ranhados. Queria, desde já, agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados toda a disponibilidade que teve para que a Sessão se realizasse no Auditório da Junta de Freguesia. O formato da reunião será o habitual: um período de intervenção dos diferentes Grupos Parlamentares, o encerramento por parte do Presidente da Assembleia Municipal e teremos como nosso convidado o Senhor Doutor Francisco Sarsfield Cabral. Eu formulei um convite à Comissão das Comemorações dos Cem Anos da República e a pessoa que nos indicaram, e bem, porque de facto é uma personalidade com méritos reconhecidos, foi o Doutor Sarsfield Cabral que será o nosso convidado que fará uma Conferência sobre “O Centenário da República”. Como é habitual faremos depois da Assembleia Municipal Extraordinária a Conferência e depois far-se-á um Período de Debate e a seguir teremos um almoço que é oferecido, como é habitual, pelo Senhor Presidente da Câmara. Em relação à Assembleia Municipal Jovem, ela também vai ter lugar no dia onze de Maio, aqui nesta sala. Queria só deixar assinalado que desta vez conseguimos mesmo o pleno, todos os Agrupamentos do Concelho aderiram à iniciativa e portanto, teremos todas as Escolas representadas na Assembleia Municipal e também com uma nuance, num protocolo que celebrámos com a Escola Profissional Mariana Seixas, a Sessão vai ser transmitida pela *Internet*, o que permitirá aos miúdos que não podem vir das Escolas e estarem presentes aqui, porque a sala é limitada, poderão acompanhar a Sessão da Assembleia Municipal Infantil, a partir das suas Escolas. Assim como a Sessão do Vinte e Cinco de Abril, também vai ser transmitida através da *Net*, também ao abrigo desse protocolo que celebrámos com a Escola Profissional Mariana Seixas. É uma maneira de quem não tem a possibilidade de estar presente nas “Comemorações do Vinte e Cinco de Abril”, poder a partir de sua casa e no seu computador, assistir a esta Sessão Comemorativa. Uma última informação, distribuí também pelos Líderes Municipais o relatório do Auditor Externo, a propósito de um dos pontos da Ordem de Trabalhos, a



informação que entretanto chegou e foi distribuída. Iríamos agora, se estivessem de acordo, passar à aprovação das actas. Temos duas actas para aprovar: temos a acta da Sessão Extraordinária de oito de Janeiro de dois mil e dez, que está à discussão. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se querem pronunciar sobre esta acta. Não tenho nenhuma manifestação nesse sentido, vou colocá-la à votação. A acta foi aprovada por unanimidade. Vou também pôr agora à discussão a acta da Sessão Ordinária de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. Pergunto também se algumas das Senhoras ou Senhores Deputados têm alguma questão a levantar. Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou pôr à votação. A acta foi aprovada igualmente por unanimidade. Antes de entrarmos no Período Antes da Ordem do Dia, gostava de fazer aqui duas referências que não fiz: Gostava publicamente de me congratular com o facto do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Coração de Jesus estar aqui em grande forma, e portanto, já perfeitamente restabelecido do acidente que teve. Todos tivemos solidários e não queria deixar de o fazer. Assim como realçar o regresso também ao trabalho, em força, do Senhor Presidente da Junta de Abraveses, que já restabelecido, está também em grande forma. Iríamos entrar no PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA e dava exactamente a palavra ao Senhor Doutor Diamantino Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus”. -----

- UM – SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD) – Solicita o uso da palavra para intervir da seguinte forma: “Antes de mais, Senhor Presidente, se me permite, uma palavra muito particular em relação à minha pessoa, agradecer as palavras gentis que teve comigo. Em simultâneo, aproveitava também, toda a onda de solidariedade e de apoio que tive. Muito obrigado a todos pela vossa atenção para com a minha pessoa. O que me traz aqui hoje, e em sequência da minha intervenção na última Assembleia, tem a ver, mais uma vez, com a questão da Segunda Repartição, sediada, como sabem, no território da Freguesia de Coração de Jesus. Se se recordam, na Moção que apresentámos na altura, solicitávamos a todos os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Viseu, que fizessem uma *task force* e todos em conjunto lutassem por uma causa que julgamos importante e estruturante para Viseu, e no meu caso particular, para a nossa Freguesia. Ao que parece essa *task force* não foi conseguida, não houve, de facto, uma coesão de esforços entre todos os Deputados. Lamentamos profundamente que assim tenha sido. No caso dos Deputados do Partido Socialista, que não estiveram, de facto, com todos os outros Deputados, eu gostava de saber, se alguém me pode dizer, porque razão não o fizeram, quais foram os interesses que defenderam em detrimento dos interesses de Viseu. Fico um bocado atónico e gostaria de ter uma resposta relativamente a isso. Sabemos que entretanto na Assembleia da República foi aprovado um projecto de resolução, entretanto apresentado, e que esse projecto de resolução teve os votos favoráveis de toda a oposição e, valha-nos ao menos isso, desta vez os Deputados do Partido Socialista também votaram favoravelmente. Ficamos regozijados com isso e satisfeitos. Agora, sabemos também que na próxima Quinta-feira, o projecto de resolução nascido dos Deputados de Viseu vai estar em discussão. Eu espero bem que desta vez haja, de facto, em relação aos nossos Deputados, uma coesão e um unir de vontades para que digam de viva voz, ao Governo, ao Poder Central, dos nossos interesses. E eu aqui quero crer que o Poder Central, o Governo, não vai politicamente esquecer, ou “chutar para canto”, as decisões que o Parlamento, onde estão os nossos Deputados eleitos, onde estão os nossos representantes, e portanto, espera-se politicamente, não esqueçam, não façam “ouvidos de mercador”, a decisões que foram e serão certamente tomadas por todos os nossos parlamentares, preocupados com o interior, preocupados com esta cidade e preocupados com os nossos interesses. Eu diria só, e para terminar, que os argumentos que são apresentados pelo Governo, a nós não nos convencem. Falar na agilização dos



processos, falar na implementação das novas tecnologias, nós sabemos que isso é verdade, mas francamente, numa repartição que serve dezasseis freguesias iminentemente rurais, como disse a última vez, em que há, também já aqui foi dito várias vezes, há grandes dificuldades em que estes meios e recursos tecnológicos estejam à disposição dessas freguesias, em que os próprios utentes têm dificuldades de opção, obviamente, a maioria de pessoas ligadas muito à terra e com pouca formação nessa área, como é que é possível que venham agora dizer que podemos dispensar esse Serviço e vamos pôr a *Internet* ao serviço desses nossos fregueses e dessa nossa população. Eu não concordo com isso. Relativamente à melhoria dos serviços, como é que é possível? Com certeza que já foram à Viseu Dois, neste momento onde estão a funcionar todos, como é que é possível haver melhoria de serviço com tanta gente num espaço como aquele que mesmo requalificado vai ser lesivo, provavelmente não terá as condições que tem este Viseu Dois, relativamente às pessoas com deficiência. Como é que é possível trazer para o centro ainda mais automóveis, onde é difícil estacionar. Eu gostava, realmente, de perceber isto, portanto esses argumentos a nós não nos convencem. Terminaria Senhor Presidente, dizendo claramente isto, espero bem que na próxima Quinta-feira tenhamos todos os nossos representantes em uníssono a defender de uma forma coesa o superior interesse da nossa cidade e do nosso Concelho. Muito obrigado”.

- Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.

**DOIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Relativamente a esta matéria da Repartição de Finanças, o Bloco de Esquerda fez tudo o que estava ao seu alcance e assumiu todos os seus compromissos. Apresentámos aqui duas Moções que foram aprovadas por unanimidade. O Deputado Pedro Filipe Soares esteve cá em Viseu, falou com os trabalhadores, comprometeu-se a apresentar na Assembleia da República um projecto de resolução. Fê-lo sem qualquer protelamento. O projecto de resolução foi aprovado por todas as bancadas, excepto a do Partido Socialista. Assinalamos, no entanto, que os quatro Deputados eleitos por Viseu votaram favoravelmente. Só não foi aprovado há mais tempo devido à discussão do Orçamento de Estado, portanto, o Bloco de Esquerda fez aquilo que se comprometeu e não podia estar à espera que os Senhores Deputados eleitos por Viseu se entendessem para apresentar um projecto de resolução, que de resto, nem tão pouco ainda foi apresentado. De qualquer modo, eu gostaria agora de apresentar uma Moção na defesa do serviço público dos correios. Diz assim, considerando que: - O PEC – Plano de Estabilidade e Crescimento – apresentado pelo Governo português em Bruxelas contempla a privatização de diversos sectores e empresas públicas, entre as quais os CTT que em dois mil e nove renderam ao Estado cerca de quarenta e seis vírgula cinco milhões de euros em dividendos, segundo dados da revista “visão” de trinta e um de Março; - O sector dos correios sempre foi público mesmo nos regimes mais conservadores, pois essa é a única forma de garantir a homogeneidade das comunicações postais no conjunto do território nacional e a igualdade de acesso às mesmas em regiões afastadas dos centros, como é o caso de muitas aldeias e vilas do nosso distrito e mesmo de algumas povoações do concelho de Viseu; - A submissão estratégica dum sector vital para o desenvolvimento regional equilibrado e sustentável a objectivos de lucro rápido e imediato traduzir-se-á inevitavelmente pelo fecho de estações de correio, agravando uma tendência que já se vinha a verificar nos últimos anos; - O encerramento da estação de correio, a juntar à escola, do posto médico, etc., pode significar o golpe final da desertificação de muitas aldeias do interior e provocaria, de imediato, graves danos à população já que, por exemplo, a larga maioria dos idosos recebe as magras reformas pelo correio e usa os CTT como o seu único banco. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em Sessão Ordinária a dezanove de Abril de dois mil e dez: Um – Manifesta a oposição frontal à privatização dos CTT prevista no Plano de Estabilidade e Crescimento. Dois – Esta Moção deve ser enviada



à Presidência da República, Ministérios da Economia, do Trabalho e da Solidariedade Social, Governo Civil de Viseu, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Sindicatos dos Trabalhadores dos CTT, Administração dos CTT, Comunicação Social nacional e regional. Já agora aproveito também para apresentar uma Recomendação à Câmara Municipal de Viseu. Considerando que: Um – Os abrigos de autocarros nas paragens dos Serviços de Transportes Urbanos de Viseu, com a qualidade estética dos que ultimamente têm sido colocados no concelho, são um equipamento urbano imprescindível para a qualidade de vida de uma cidade moderna e solidária; Dois – Não se justificando, para já, a colocação de abrigos em todas as paragens, dado que nas carreiras no sentido do centro da cidade, as pessoas saem dos autocarros e vão à sua vida, já será indispensável que, pelo menos, nas paragens onde os utentes se aglomeram à espera de transporte que os leve de volta a casa, e junto a Escolas e outros edifícios públicos haja abrigos que evitem que estejam ao sol e à chuva, disponibilizando assentos para quem necessitar, em particular, os mais idosos, mulheres grávidas e crianças; Três - Entre os casos acima referenciados há alguns que saltam à vista como a paragem dos STUV na Avenida Emídio Navarro, junto à Igreja da Nossa Senhora da Conceição, em frente à Casa da Ribeira, que serve os moradores das freguesias situadas a Norte do concelho; da paragem em frente ao Teatro Viriato, que também serve os alunos da Escola Emídio Navarro, ou em Travassos de Cima (transporte escolar) e no Bairro de São João da Carreira, no sentido do centro da cidade; no Bairro de Marzovelos há quatro paragens sem abrigos e na povoação de Vildemoinhos há cinco paragens também sem abrigos; Quatro – Considerando ainda que até na Avenida Alberto Sampaio, onde, no seu início se aglomera, todos os dias, junto à paragem dos STUV, imensa gente que mora em Vildemoinhos, São Salvador, Orgens, Santarinho, São Cipriano, Torredeita, Figueiró, Farminhão, Couto de Baixo e Couto de Cima, não existe abrigo de autocarros, lacuna que certamente será colmatada com as obras de requalificação daquela artéria; A Assembleia Municipal de Viseu recomenda à Câmara Municipal que proceda a um estudo, em colaboração com as juntas de freguesia, a concessionária dos STUV e restantes empresas de camionagem que prestam serviço público no concelho, para se apurar com mais precisão, quais os locais prioritários para a colocação de abrigos nas paragens de autocarros. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: Muito obrigado Senhor Deputado. Temos duas Moções em discussão, uma sobre os Correios e uma recomendação à Câmara Municipal sobre os abrigos nas paragens dos autocarros. Estão as duas em debate. O Senhor Deputado tem a palavra para intervir sobre esta matéria”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- TRÊS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Intervém dizendo o seguinte: “Queria começar por, se me é permitido, em nome do Grupo Parlamentar do PS saudar aqui o Doutor Guilherme e o Doutor Mota Faria recentemente eleitos para Líderes Concelhio e Distrital das estruturas do PSD, e desejar-lhes que os seus mandatos sejam uma forma de fortalecer o desenvolvimento do concelho, do distrito, das gentes que por cá moram, bem como também do fortalecimento da democracia na nossa região e de Portugal. Dito isto, queria reportar-me, se o Senhor Presidente não se importa, até porque eu pensei que era nesse aspecto que ia intervir relativamente a intervenção do Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus, o Doutor Diamantino, queria dizer o seguinte: não há absolutamente dúvidas nenhuma do erro que se cometeu com a anexação das duas Repartições de Finanças. Queria, no entanto, dizer que o Grupo do PS aqui representado nesta Assembleia, também fez o seu trabalho, fez aquilo que estava ao seu alcance no sentido de tentar evitar que isto acontecesse. Contudo, queria deixar aqui uma ressalva, queria deixar aqui enaltecido o espírito de profissionalismo demonstrado por todos os funcionários de finanças em exercício, que naquelas condições,



que todos conhecemos, que estão a trabalhar agora, independentemente de tudo o resto, as condições precaríssimas com que defrontam. Deixar aqui enaltecido o espírito de profissionalismo mais uma vez demonstrado por todos os funcionários daquela Repartição, das duas Repartições, naquelas condições. Esperamos contudo, que as futuras instalações se tiverem que ser as que vão albergar as duas Repartições, que tenham as condições ideais para que o espírito de sacrifício nunca recusado por eles, seja melhor e o desempenho seja também melhor quer para os utentes, quer para eles, quer para a satisfação do serviço público que prestam. Peço desculpa e peço essa permissão, também trazia uma intervenção que de certo forma não vai esgotar o tempo que me é permitido para esta intervenção. Relativamente às Moções, queria dizer, que efectivamente, estamos de acordo e votaremos favoravelmente as Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda nesta Assembleia. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- QUATRO – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – No uso da palavra diz: “Dizer que relativamente a esta Moção, que o Bloco de Esquerda traz aqui, eu penso que para nós é muito mais importante do que estarmos a discutir se os serviços são privatizados ou não, para nós o que é fundamental é a qualidade dos serviços prestados às populações. Nós faríamos aqui as separações das águas e iríamos estritamente sobre o ponto de vista de quem necessita desses serviços, e para isso é fundamental e defendemos que sejam melhorados. Não podemos pactuar com a diminuição de qualidade de serviços, muito menos com o encerramento dos serviços. Não é a questão da privatização, que sem sabermos de que forma é que vai acontecer, que de alguma forma nos deixa de sobreaviso, mas sim a qualidade, e portanto, se eventualmente a privatização vier no sentido de serem criados melhores serviços, mais próximos dos cidadãos, penso que, obviamente, não podemos estar contra. Mas, como isto não é muito claro na Moção, não poderemos votá-la a favor, mas também não queremos votar contra, pelo que nos iremos abster. Relativamente à Recomendação, eu só questionava aqui o Senhor Presidente da Câmara, relativamente a estas obras de requalificação, se efectivamente, não há estudos prévios ou foi feito um estudo atempado das necessidades das populações, tendo até em vista o normal crescimento. Eu penso que este trabalho de casa estará feito, pelo que, só teremos que aguardar por determinadas obras para as podermos ver perfeitamente implementadas, portanto, eu gostava apenas de obter esta mesma informação. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Pergunto se mais algum dos Senhores Deputados se quer inscrever nesta matéria. Como não foi colocada nenhuma questão ao proponente, presumo que também não quererá intervir segunda vez. Então iríamos votar primeiro a Moção de “Defesa do serviço público dos Correios”. A Moção foi aprovada com nove votos a favor e quarenta e seis abstenções. “Recomendação à Câmara Municipal de Viseu”, foi aprovada com sete votos a favor e quarenta e oito abstenções. Dou agora a palavra, no Período Antes da Ordem do Dia, ao Senhor Deputado Manuel Teodósio”. -----

- CINCO - SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Solicita o uso da palavra para intervir do seguinte modo: “Fomos recentemente confrontados com a divulgação pública do Relatório Anual de segurança Interna, referente ao ano de dois mil e nove. Ficámos a saber, entre outras coisas, que em Portugal houve uma ligeira descida da criminalidade, o que nem de perto nem de longe nos deve deixar descansados, atendendo a que a mesma tinha sido bastante aumentada nos anos anteriores. Ficámos também a saber que Viseu, contrariamente ao resto e contrariando a tendência nacional, houve um aumento de catorze e meio por cento relativamente ao ano anterior. Foi por isso o distrito do País com maior aumento percentual da criminalidade. Para isso contribuíram as cerca de mil e cem participações feitas a mais, relativamente ao



ano anterior, os noventa e oito casos de criminalidade violenta e a ocorrência de mais quinhentos e noventa e nove crimes. Nada do que referi anteriormente espanta infelizmente os viseenses, pois todos temos a noção clara, no dia-a-dia, deste aumento. Temos essa noção quando falamos com amigos que nos relatam as suas vivências e as vivências de outros amigos, mas também temos essa noção diariamente, quando ouvimos atentamente a comunicação social local, que nos dá notícias quase diárias de mais assaltos e de mais crimes. Como disse, este Relatório, apenas confirma a nossa suspeição. Mas como todos aprendemos em Matemática, “não há regra sem exceção” e também aprendemos que a própria “exceção confirma a regra”, eis que em Viseu, existe afinal uma voz, e uma só voz, que em declarações públicas se manifestou “surpreendido” com os resultados publicados neste relatório. Assim sendo, e ainda à luz e ainda à luz da Matemática, esta exceção foi fulcral para dar maior credibilidade ao Relatório. No entanto, e com toda a legitimidade podemos e devemos levantar as seguintes questões: Será que essa voz está suficientemente informada do que se passa em Viseu, para tomarmos em conta a sua opinião? Será que essa voz lê, com alguma regularidade, os jornais regionais e ouve os noticiários das Rádios Locais? Será que essa voz costuma conversar com outros cidadãos ou pelo contrário viverá isolada de tudo e de todos? Será que essa voz não ouviu o anterior Comandante da GNR de Viseu, dizer que faltam duzentos e cinquenta militares, isso mesmo, duzentos e cinquenta efectivos da Guardas Nacionais Republicanos a menos no Distrito? Será que essa voz não ouve falar nos roubos a vivendas no Viso Sul, nos roubos por esticção na Quinta do Galo, no assalto a ourives feirantes, nos assaltos a estabelecimentos comerciais e bombas de gasolina, entre muitos outros casos? Naturalmente que todos já se aperceberam que essa voz, é a voz do Senhor Governador Civil, que pelos vistos é desconhecedor desta triste e preocupante realidade, devendo portanto andar muito ocupado com outros assuntos, que não este. Pelo texto de opinião de um destacado militante do Partido Socialista de Viseu, que já foi Vereador pelo PS na Câmara Municipal, ficamos a conhecer a sua agenda política, a qual passo a citar: “O Governador Civil de Viseu, nestes meses, tem andado pelo Distrito fora a distribuir panegíricos”, é isso mesmo, “panegíricos de Município Socialista em Município Socialista”, fim de citação. Assumo aqui publicamente que desconhecendo o termo “panegíricos”, aguçou-me a curiosidade de desvendar sobre o que seriam, e também, porque seriam tão caros, atendendo ao orçamento, e usando um dicionário de língua portuguesa eis que tudo ficou bem claro. Assim, o que o Senhor Governador Civil tem andado a distribuir pelos Municípios Socialistas são, e passo também a citar: “Discursos em louvor de alguém, elogios pomposos e excessivos, que se distinguem das orações fúnebres, porque não censuram, nem criticam, pois só admitem a admiração”, fim de citação. Preocupa-nos pois ter um Governador Civil, que tendo um orçamento superior a um milhão de euros, que deveria ser a voz do Distrito, fazendo eco dos anseios e das preocupações dos viseenses, colocando o seu orçamento ao serviço do Distrito, mas que na realidade ficamos com a triste sensação, de que é apenas e somente, a voz do Governo Civil, varrendo para debaixo do tapete os reais problemas do Distrito, e ficando-nos ainda a legítima dúvida sobre onde e de que forma é gasto mais de um milhão de euros. O nosso repto vai pois, no sentido de uma vez mais, desafirmos o Partido Socialista de Viseu e todos os seus militantes com cargos de responsabilidade, a colocarem a camisola de Viseu à frente da camisola do PS. Tenho dito”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Madeira Antunes. -----

- **SEIS** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS)** – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “A minha intervenção é curta e relativamente previsível, vindo aqui apenas inquirir o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto da situação do Parque Aquilino Ribeiro. Nós temos ouvido falar na comunicação social, e esta questão também já foi levada ao Parlamento, que as obras





pararam no final de dois mil e nove por questões de falta de visto do Tribunal de Contas. Foi também aventada por parte do Senhor Vereador a questão do mau tempo, mas a verdade é que os viseenses se vêem privados do usufruto, nesta altura do ano, do parque verde mais nobre do centro da cidade. Portanto, é altura de questionar, enfim, saber ponto por ponto, quando é que poderão ser retomadas as obras e quando é que elas poderão ser finalizadas. É só isto. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas.

- **SETE** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS**

**(PSD)** – No uso da palavra diz: “A minha intervenção é extremamente curta e era para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre em que ponto de situação é que estão as obras das Unidades de Saúde Familiares. Também saber se já existem mais informações sobre a preterição da Santa Casa da Misericórdia relativamente aos Cuidados Continuados. Por outro lado, queria levantar aqui a questão, que foi anunciada há pouco tempo, da criação de uma Unidade Oncológica no Hospital de São Teotónio de Viseu. Como é sabido, foi anunciado pela Administração Regional de Saúde do Centro, que esta apresentou ao Ministério da Saúde um projecto para a criação de um Centro Oncológico em Viseu. Segundo o que foi dito pela Direcção do Hospital de Viseu, o Centro Oncológico será uma realidade em dois mil e onze. Como é sabido, um Centro Oncológico em Viseu justifica-se plenamente, porque abrange uma região onde existem cerca de mil e setecentos doentes oncológicos por ano, dos quais cerca de mil necessitam de radioterapia. Aliás, como foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração do Hospital de São Teotónio, esta Instituição tem todas as condições para ter uma unidade deste tipo, pois o Hospital tem espaço físico, o *know how* e a Direcção clínica. No entanto, acresce aqui dizer que mais do que intenções o que realmente interessa aos viseenses são as concretizações, pois a realidade actual é aquela que obriga os habitantes desta região a procurarem tratamento noutras regiões, nomeadamente em Coimbra, o que obriga a deslocações, e se tivermos em conta então que temos que fazer o IP/Três, bem, será muito mais complicado, acresce ao sofrimento que já padecem. Como disse o nosso Presidente, e bem, esperemos que não se trate só de um Centro de Diagnóstico, cujo tratamento tenha sido efectuado fora de Viseu. Esperemos pois, como teve oportunidade de dizer o nosso Presidente de Câmara, que se não continuem a adiar as soluções em nome dos estudos. É bom recordar também aqui, tal como fez o meu colega de Bancada, Doutor Ermida, que em Junho de dois mil e cinco chamou a atenção para o facto da Unidade de Medicina Nuclear e Radioterapia ter sido adiada por breves momentos. Pois bem, esses breves momentos foram cinco anos pelo menos, portanto, esperemos que finalmente esse serviço chegue a Viseu, porque já peca por atraso. Tenho dito”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côtã.

- **OITO** – **SENHOR DEPUTADO JOAQUIM POLÓNIO LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTã (PSD)**

– Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Subo mais uma vez a esta tribuna para mostrar o meu descontentamento e da população do norte do Concelho, eu diria mesmo o nosso protesto, contra a forma como decorrem as obras na “duzentos e vinte e nove”, não é conhecida de todos, mas conhecida pela Estrada do Sátão. As obras nesta estrada decorrem há algum tempo. Até aqui houve o pretexto, e com algum sentido de razão, de que as condições climatéricas não deixavam começar as obras, até se admitia. A verdade é que com o tempo invernosos que decorria, até o tapamento de alguns buracos por vezes era posto em causa, colocavam e ele saltava, coisa que já não acontece há algumas semanas. Felizmente o tempo melhorou e, para nosso espanto continuamos a ver que não há nem sequer o cuidado de tapar os buracos, quanto mais fazer avançar com as obras. Verifica-se neste momento, e ainda agora tive o cuidado de fazer todo o trajecto ao vir para aqui, que se vêem meia dúzia de operários, na sua maior parte de mãos nos bolsos, duas ou três máquinas encostadas na berma sem



operarem. Eu pergunto se isto é para continuar por muito mais tempo? Sinceramente, esta população também é Portugal, este recanto do Concelho de Viseu e os Concelhos limítrofes também são Portugal, portanto, tem que haver respeito por esta gente. Neste momento não está a haver respeito por esta gente, nomeadamente, pela minha Freguesia que utiliza para vir à sede do Concelho, todos os dias, esta via importante da nossa região. Faço isto hoje aqui, porque me sinto também na obrigação de o fazer, pois foi-me solicitado unanimemente pela minha Assembleia de Freguesia na última reunião para que o fizesse. Já o fiz outras vezes, já alertei para esta situação, e quero dizer que não basta colocar ali umas placas, ou dizer-se que se vai melhorar e depois coloca-se uma placa a dizer desvio, a desviar o trânsito, precisamente, para dentro de duas localidades, de duas Freguesias, Cepões e Barreiros para a trezentos e vinte e três. Estrada essa que temos que admitir que foi, por assim dizer, atirada para a Câmara, porque o Estado não quis continuar a assumir o seu melhoramento e a sua conservação. E agora servem-se para atirar para lá com o trânsito que não tem utilidade nenhuma, não serve de nada. Também não se percebe, porque é que depois de se anunciarem as obras de recolocação do pavimento no sítio onde eram más as condições, mas pelo menos ainda tinha algum pavimento. Estão precisamente aí a cortar esse pavimento e a colocar, em vez de fazerem a colocação numa zona daquela rotunda ali do Parque Industrial, na zona do Pereiro, onde está entulho à n tempo e quando chove aquilo vai tudo por arrastamento ficando quase intransitável. Vieram os senhores técnicos, por aquilo que eu li através da comunicação social, defender que estava a ser feita uma boa gestão da obra e que a obra estava a cumprir todos os parâmetros de segurança. Eu não vejo, sinceramente! Eu não vejo e não preciso de ser muito credenciado nessa área para não reconhecer isso. O que está a acontecer é uma autêntica vergonha! Eu gostava de ver o calendário destas obras. Se está a ser cumprido, porque me vêm dizer que em Junho as obras têm que estar terminadas. Tenho que dizer, a este ritmo é mentira! Não acredito! Eu gostava, de pelo menos, ver a execução em termos do calendário da obra, ou então quem planeou, sinceramente, a competência é muito baixa. Depois assistimos a uma situação, estas obras devem ser feitas para garantir melhores acessibilidades às populações, para o desenvolvimento das localidades que elas servem. Aqui dá-se precisamente o contrário, atrofiam o desenvolvimento das populações, das localidades e digo porquê: porque eu se demorava já bastante tempo para chegar de Côta a Viseu, à sede do meu Concelho, para tratar de muitos assuntos de interesse da minha Freguesia e do dia-a-dia dos cidadãos, passo a demorar muito mais. Não é isto que se pretende a fazer obras, o que se pretende é criar acessibilidade para as populações terem o acesso mais rápido aos grandes centros, nomeadamente, neste caso, à sua sede de Concelho. Com as obras que estão a ser feitas quase que duplicamos, mesmo ao fim delas terminadas, quase duplicamos o tempo para percorrer este traçado. Isto venha alguém desmentir-me, porque com os obstáculos que são criados nesta via, eu desde que entre na duzentos e vinte e nove desde Cavernães até Viseu fico impossibilitado, até em caso de urgência médica, de poder ultrapassar um veículo que venha em marcha lenta à minha frente. E vejo nestas localidades, e eu não resido nelas, mas no dia-a-dia também dada a minha actividade e outros assuntos, passo por elas vejo a dificuldade, porque muitas localidades que ficam ao longo desta estrada, vejam as dificuldades que vão ter nos horários de maior tráfego para entrar nesta via. Algumas Juntas de Freguesia tiveram o cuidado de alargar o espaço para tentarem melhorar a entrada nesta via, e agora vejo as obras a atrofiar essas entradas. Isto não pode continuar, apelo a todos aqui que têm o poder decisório nesta questão e também à nossa Câmara Municipal, a todos os eleitos por Viseu que, sei que já o têm feito, mas mais uma vez alertem esta gente, façam abrir os olhos a esta gente para o erro grave que estão a cometer com esta via, com a duzentos e vinte e nove. Obrigado". -----  
- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----



- **NOVE - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Solicita o uso da palavra para intervir da seguinte forma: “A propósito da queixa do Senhor Presidente da Junta de Côta, quero dizer que partilho completamente com as suas preocupações e angústias, já alguns moradores daquela zona fizeram chegar as suas queixas também ao Bloco de Esquerda. Eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, uma coisa que a mim me parece exequível e até óbvia, que uma vez que a estrada vai ser levantada, se não seria possível fazer a ligação de esgotos e águas, porque eu tenho um morador do lugar da Corga, na Freguesia de Mundão, que recebeu recentemente uma resposta de um requerimento para as ligações às redes públicas de águas e esgotos dos SMAS, a dizer que era impossível, porque naquele local não existem redes públicas de água. Ora, uma vez que se vai levantar a estrada, se não seria possível fazer aquelas ligações, já que trezentos metros mais abaixo há ligações, e até mais acima há uma urbanização que tem saneamento. São meia dúzia de moradias, ou mais, que estão ali, porque depois durante cinco anos, tanto quanto eu sei, as Estradas de Portugal não deixam tocar no pavimento, segundo me constou. Era só isso, pedir ao Senhor Presidente da Junta, enfim, ao Senhor Presidente da Câmara, para instar ou perguntar aos SMAS se isso não seria possível. Muito obrigado”. -----
- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Eu não tenho mais ninguém inscrito no Período Antes da Ordem do Dia, eu próprio irei usar da palavra”. ----
- **DEZ - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD)**  
 – No uso da palavra diz: “Não podia deixar de vir hoje aqui a esta tribuna falar sobre uma questão que me parece mal pensada, mal decidida e que acaba por trazer uma grande penalização a Viseu e toda a Região Centro. Refiro-me concretamente à decisão que o Governo tomou na semana passada de dividir aquilo que queria unir. Há cerca de quatro anos que está na agenda a possibilidade de se criar uma única Comissão Vitivinícola Regional do Centro, em que estaria incluída a Região Vitivinícola do Dão, Lafões, Távora - Varosa, Beira Interior e Cantanhede, portanto, era esta a decisão do Governo. Os argumentos eram, vamos criar Comissões Vitivinícolas fortes para quê? Para as dotar dos meios necessários das competências próprias para melhorar cada vez mais os vinhos de Portugal, por outro lado, ganhar massa crítica para fazer a promoção do vinho além fronteiras. Estes eram os argumentos principais, com os quais eu sempre concordei, de criar Comissões Vitivinícolas com alguma massa crítica. No caso concreto da Região Centro, o que estaria previsto, e estava já na Lei, era que seria criada uma única Comissão Vitivinícola que uniria estas regiões todas. Ora, nós verificámos que durante quatro anos o Governo andou aqui a empatar esta situação. Ia falando com uns, com outros, de facto os actores também não se entendiam, mas é obrigação de qualquer Governo levar a que os actores se possam entender. O Governo tem na sua mão mecanismos que poderiam ter obrigado a que a decisão não fosse esta agora com que estamos a ser confrontados, designadamente através dos acessos aos fundos comunitários. Podia dizer aos actores que o acesso aos fundos comunitários ficava, por exemplo, dependente de se entenderem, para que se criasse uma única Comissão Vitivinícola da Região Centro. Agora o que verificamos, e que foi a decisão do Governo esta semana, é que ao invés daquilo que estava combinado e que deveria trazer a Viseu um serviço com massa crítica, com representatividade, e que no fundo vinha dar importância à nossa Região do Dão, porque era aqui que ficariam localizado todos os serviços que iriam superintender toda a Região Centro, o que o Governo vem decidir é separar, isto é, o Dão fica com o Lafões, e vejam até geograficamente que isto não faz sentido nenhum, e Bairrada fica com a Beira Interior, nem contiguidade geográfica sequer isto tem. Távora - Varosa que pertence ao Distrito de Viseu é empurrada para o Douro, isto é, deixa de fazer parte do Centro e é empurrada para o Douro. Esta é uma decisão do actual Governo que foi tomada na semana passada, à qual eu acho que nós não podemos ficar indiferentes, porque por um



lado do ponto de vista estratégico não faz sentido, porque o importante era que se criasse massa crítica. Por outro lado, do ponto de vista do desenvolvimento de Viseu, Viseu poderia vir a liderar uma grande mancha de produção vitivinícola em toda a Região Centro, e acaba por ficar com todos os meios que tem, enfim, com o edifício fantástico que tem, com as competências que a CVR Dão tem, acaba por ficar confinada à CVR Dão e a Lafões. Eu não podia deixar de vir hoje aqui publicamente nesta Assembleia Municipal mostrar a minha indignação enquanto responsável político e enquanto cidadão, porque não é assim que se promove o desenvolvimento. É certo que dirão, a culpa não é só do Governo. É verdade, a culpa não é só do Governo, porque os actores muitas vezes também não actuam da melhor maneira. E neste caso concreto, a falta de entendimento entre os actores, e aí é preciso também ser justo e render homenagem aos principais responsáveis da CVR Dão, que sei que tudo fizeram para chegarem a um entendimento. Agora, obviamente, que a CVR Dão não podia deixar de ter o peso que tem que ter, porque representa mais sozinha do que todas as outras regiões existentes na Região Centro. Agora, é pena que as pessoas muitas vezes prefiram manter o Governo numa pequena quinta, ou invés de terem um sentido estratégico para que crie uma estrutura. Independentemente dos actores regionais não terem estado à altura nas suas posições, eu acho que aqui competia à autoridade central que é o Governo criar condições para que isto não se verificasse e manter a sua posição. Não. Mais uma vez o Governo fraco acaba por ceder a todas as pressões e tomar decisões que acabam por lesar fortemente a economia da região, porque não é possível fazer promoção dos vinhos com a dimensão que hoje tem cada uma destas regiões e seria possível fazer uma promoção muito maior. Só para terminar, recordo que o mesmo já aconteceu quando foi do Turismo, nós hoje poderíamos ter um Turismo do Centro com um peso superior ao Norte, com muito mais capacidade de intervenção. Mais uma vez, por causa destes pequenos interesses, criou-se e autonomizou-se a Serra da Estrela, autonomizou-se Leiria – Fátima, tirando a massa crítica que a Região Centro precisaria também ao nível do Turismo. Assim nunca conseguiremos afirmar esta Região Centro, assim nunca vamos ter a tal massa crítica para poder afirmar os nossos produtos e o nosso próprio desenvolvimento. Queria deixar aqui esta nota de protesto público em relação a esta atitude do Governo. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- ONZE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENÇÃO (PS) –

Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Não podemos deixar de estar de acordo com a situação criada com a entidade certificadora que abrange exclusivamente a área delimitada pela extinta, ou pela ainda quase a ser extinta, CVR Dão. De facto, não deixa de ser mau para os produtores e para os comerciantes do vinho da nossa região, tanto mais que, perspectivou-se a determinada altura que se criasse uma entidade que abrangesse uma região mais vasta, a Região Centro. Com efeito, o Governo fez aquilo que certamente lhe chegou através das negociações que foram sendo encetadas, e em que o próprio Governo foi intermediário e interlocutor entre as partes. Ao contrário do que aconteceu com a Comissão de Viticultores da Região do Dão, houve duas regiões que mesmo sem continuidade geográfica conseguiram entender-se e chegar a uma conclusão. A Beira Interior e Cantanhede conseguiram aquilo que sabemos, Bairrada, em vez de Cantanhede e Bairrada conseguiram aquilo que sabemos e tem uma entidade certificadora. Ao contrário disso, temos que lamentar, e penso que é aqui que está o cerne da questão, a incapacidade da CVR Dão de conseguir entendimento para criar aquilo que o Governo quis que acontecesse na nossa região. O Governo criou todas as condições, servindo de intermediário, foi servindo de interlocutor e o que é que acontece? A incapacidade da CVR Dão deu nisto, acabou por ficar isolada como entidade certificadora, que não deixa de ser para nós constrangedor, portanto, a explicações que terão que ser dadas não serão por quem o Deputado Almeida Henriques quis atribuir as



culpas por esta situação. As explicações terão que ser dadas pela pessoa designada pelo Governo, ainda anterior aos Governos do PS, e que lidera a CVR Dão, esse sim, um homem do PSD, poderá dar as explicações necessárias e não precisamos de as dar aqui assim. Essas explicações têm que ser dadas. A incapacidade compete exclusivamente à CVR Dão. Aliás, o Senhor Presidente num artigo que escreveu, donde decorre, de certa forma, o discurso aqui trazido há pouco, tem absoluta razão quando diz que: “Os actores não tiveram visão”. É esta a forma como encerra o artigo que escreveu no Jornal da nossa terra, e de facto, assim é, os actores não tiveram visão. O actor da CVRD não teve capacidade, não teve visão. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos.

- **DOZE** – **SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Se me permite, fazia só um pequeno intróito para parabenizar o Doutor Fernando Ruas pela sua recente eleição como Presidente da Mesa do Congresso do Partido Social Democrata. Desejar-lhe as maiores felicidades nas suas novas funções e dizer-lhe como viseense, sempre fico contente quando vejo qualquer um de nós num lugar de destaque, onde quer que seja no País. Os meus parabéns e desejo as maiores felicidades nestas suas funções. Igualmente, aos recém-eleitos Presidentes da Comissão Política Distrital e Concelhia do PSD, Doutor Mota Faria e Doutor Guilherme Almeida. Sobre este tema, da divisão da Comissão Certificadora e subscrevendo, em parte, algo que foi dito pelo Senhor Deputado e Presidente da Mesa da Assembleia, Doutor Almeida Henriques e depois de ouvir aqui a intervenção do meu amigo e Deputado do Partido Socialista, acho que votamos aqui sempre nos mesmos erros que é, vamos deitar as culpas em alguém. A decisão está tomada, portanto, agora o que interessa é, o que é que vamos fazer? O que é que nós, os agentes da região, os agentes do Dão, todos os agentes económicos, as Câmaras Municipais, enquanto potenciais parceiros das Comissões, os produtores vinícolas da região, o que é que devem fazer para se afirmar continuamente no mundo dos vinhos. A decisão está tomada. Bem ou mal, alguém a tomou. Se a culpa é de quem é, a mim já não me interessa discutir isso. O que me interessa é, o que é que eu posso fazer para preparar melhor o futuro, para pôr o Dão no lugar de destaque que merece, o que é um facto, é uma riqueza que nós temos. É talvez a maior riqueza da nossa região, o vinho. É um vinho de excelente qualidade, com provas dadas, com mercado. Tem sofrido ao longo dos anos um problema grave que é, de facto, a falta de algum acerto entre os diversos agentes económicos. Agora, o repto que eu venho aqui deixar é o seguinte: Em vez de virmos aqui discutir quem é o culpado, se foi O senhor este, se foi o senhor aquele, isso é que não. Vamos sentarmo-nos, vamos, se calhar, chamar os agentes económicos e dizer, em função disto o que é que nós podemos ajudar enquanto município, enquanto agentes económicos, para potenciar o vinho, para pormos Viseu como verdadeira capital dos vinhos da região. Se a Comissão é do Dão e Lafões, se é do Centro, para mim não é importante. O que é importante é firmar o Dão enquanto vinho de grande qualidade e como catalisador da região. É mais importante discutir o futuro e o que é que podemos fazer para melhorar do que sacar culpas sobre o passado. Obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas.

- **TREZE** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)** – No uso da palavra diz o seguinte: “Muito rapidamente, era só para obter aqui um esclarecimento do Senhor Presidente Almeida Henriques, que era para saber quem tem competência para decidir sobre esta situação. Eu tenho que concordar que a gente não tem que procurar culpados, mas a verdade é esta, é que nós temos que olhar para os actores, mas também temos que olhar para o realizador do filme. E a verdade é que o realizador do filme não se empenhou o suficiente para que os actores se concertassem. E nós não podemos sequer pensar que o Vinho do Dão algum dia atingirá o nível de excelência, em



termos de promoção, se não tivermos uma economia de escala forte. Eu acho que é este o caminho, o caminho, que bem, o Doutor Almeida Henriques traçou. Tenho dito”. -----

MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

- CATORZE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD) – Usa novamente a palavra e diz: “Eu não podia ficar indiferente à forma como o Senhor Deputado Alberto Ascensão aqui vem trazer o problema. Eu já estou habituado a isso, aliás, tenho denunciado em vários momentos. O Partido Socialista sistematicamente adopta a postura de defesa do Governo, mesmo que isso seja contra a região. Acho muito grave que venha aqui tentar imputar responsabilidades a quem não as tem, porque se o Senhor Deputado está dentro do assunto sabe que o Conselho Geral da CVR Dão reuniu várias vezes e tudo fez para chegar a um entendimento. Os actores, no caso concreto da CVR Dão, tiverem aqui uma postura de grande abertura em todo este processo no sentido de chegarem a um entendimento. Agora, a CVR dão não podia era deixar que a sua importância, no contexto da Região Centro, fosse posta em causa numa solução que fosse encontrada. Eu lamento que o Senhor Deputado venha aqui com argumentos em vez de se colocar do lado de cá da barricada em defesa daquilo que seria a criação de uma CVR para toda a Região Centro. Por outro lado, que tem competências legislativas e respondendo também ao Senhor Deputado Pedro Ruas, é o Governo, portanto o Governo tem “a faca e o queijo na mão” para poder resolver este assunto. O Governo tinha todas as possibilidades de o fazer. Já agora acrescento, eu estive com o Senhor Ministro da Agricultura há cerca de um mês e meio em que lhe fiz ver a importância que seria o tal trabalho político que por vezes não se vê, em que lhe fiz ver a importância que seria de levar este processo a um “bom porto”, no sentido de se criar a CVR do Centro e o Senhor Ministro da Agricultura concordou comigo. É surpreendente verificar como é que um Governo que tem possibilidade de dar a volta a uma situação destas e criar uma entidade com massa crítica, que é disso que estamos a falar, nós não estamos a falar de uma CVR que iria cortar a identidade de cada uma das sub-regiões, porque isso é que seria errado. Se bem repararmos até hoje do ponto de vista da conservação do vinho, há hoje agentes económicos que já comercializam vinhos com a mesma marca de várias regiões. Também é normal que se possa promover várias marcas do Centro de uma forma integrada, portanto, significaria estarmos nos eventos internacionais a promover o Dão, a promover o Vinho de Lafões, da Beira Interior, a Promover a Bairrada e Távora – Varosa, portanto, com muito mais massa crítica que deriva da capacidade destas regiões. Eu não aceito que se possam aqui imputar responsabilidades, e ainda para mais, tanto quanto eu sei, o responsável da CVR Dão teve a confiança do Governo Socialista ao longo destes últimos cinco anos, nunca se me constou que não a tivesse. Não me parece bem que quando nos queremos defender se “atirem pedras”, não naquele sentido das pedradas do Doutor Fernando Ruas, se atirem pedras às pessoas que, efectivamente, não têm responsabilidades. Eu o que esperava era que tivesse vindo aqui dizer assim: Estamos de acordo e lamentamos que mais uma vez o Governo Socialista acabe por prejudicar Viseu como acabou por prejudicar neste dossier. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- QUINZE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Nós não estamos em desacordo com grande parte daquilo que o Doutor Almeida Henriques, na qualidade de Deputado desta Assembleia, disse na primeira intervenção e agora. Nós concordamos e lamentamos, foi assim que eu comecei por dizer, que lamentamos o que sucedeu à nossa CVR Dão, não temos dúvidas nenhuma sobre isso. Não podemos aceitar que se atribuam, exclusivamente, culpas a quem as não tem. O próprio Presidente da CVR Dão diz que lamenta que as diligências feitas pelo Governo e pela CVR, no sentido de haver uma única entidade certificadora na região, não foi possível levar a bom termo, é o próprio



Presidente da CVR Dão que o diz. Relativamente à confiança que o Governo PS teve sobre o Presidente da CVR Dão, pessoalmente ninguém aqui tem nada, uma grande estima pessoal, permitam-me que o diga. Não está em causa isso, o que está em causa é que, de facto, o Governo ou quem tem a capacidade decisória, não pode nem deve decidir de forma diferente daquela que se lhe apresenta, depois de ter havido acordo de uma parte e da outra parte não haver esse mesmo acordo por forma a possibilitar que a decisão fosse noutro sentido. Não estamos aqui a discutir nada que não lamentemos, não estamos a discutir nada do que não nos sintamos frustrados. Agora, o que estamos a discutir e o que eu digo é que houve incapacidade por parte da CVR Dão de conseguir levar a bom termo as negociações que conseguissem fazer com que a CVR não fosse tratada da forma que foi tratada. Se outro tivesse sido o desfecho das negociações levadas a cabo, como o diz o Presidente da Comissão Vitivinícola, quer pelo Governo, quer pela própria Comissão Vitivinícola, certamente, teríamos tido outro desfecho. Se houvesse um desfecho diferente das negociações, certamente, a decisão teria sido outra. Claro que não podemos deixar de lamentar e de estar de acordo com o Senhor Deputado Almeida Henriques, e Presidente desta Assembleia, pelo lamento e pela situação que nos foi criada por esta decisão que teve por fundamento a incapacidade de negociações que levassem a outra resolução. Tenho dito”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- **DEZASSEIS** – **SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HRNIQUES (PSD)** – No uso da palavra e diz: “Bom, primeiro acusa-se, a seguir iliba-se, termina-se acusando. Confesso que, sinceramente, eu não sei qual é que teve mais peso, não sei que balanço é que se possa utilizar para saber se, efectivamente, se há uma acusação se há uma ilibação. Temos que ser claros. Não podemos vir dizer que a culpa é da CVR Dão, depois a seguir faz uma leitura, transcreve que a CVR Dão e o Governo lamentam não haver entendimento, portanto, diz que a culpa será das outras partes, depois termina dizendo que é a CVR Dão. Eu acho que era importante uma pessoa fundamentar-se bem neste processo que foi um processo longo, foi um processo bastante cansativo para os seus actores e, infelizmente, para Viseu sem resultados práticos. A questão deve ser colocada desta maneira, já aqui assim também não vamos por aí. Se tivesse perspectivado que a sede desta nova associação não fosse em Viseu, mas deixem-me dizer o nome que ninguém fala, se fosse, por exemplo, na Covilhã, em Castelo Branco, se calhar o desfecho era outro. Foi aquilo que o Doutor Almeida Henriques aqui tentou dizer, que quem tem “a faca e quem tem o queijo na mão” é o Governo. Quem tem os mecanismos para poder pressionar, de alguma forma, ao entendimento é o Governo e só o Governo. Então, mas a CVR Dão é que tinha mecanismos nas mãos para pressionar as outras? Apenas tinha uma situação que era, e continuará a ser a maior, de maior peso, tem mais imagem pública no país e fora do país e, portanto, é que havia, desde logo, o entendimento, atendendo a esses factores e não aos eventuais lindos olhos dos seus actores, que seria em Viseu a sede para essa Região. A questão que estava logo aqui é de que quem é doutras paragens, a questão de ser para Viseu é sempre uma coisa complicada, quando não temos ninguém noutros patamares que não aqui em Viseu a defender os interesses de Viseu. O que aqui se tentou dizer? O Doutor Almeida Henriques tentou dizer, mais uma vez, é que quando há necessidade de em patamares diferentes, fora do Concelho, não há ninguém que faça a defesa de Viseu, nem que lá ponhamos actores de Viseu, não é visível e se existe não é visível, não importa muito o esforço quando os resultados não nulos. Eu costume muitas vezes de dizer este exemplo: Eu se passar o dia inteiro a empurrar esta parede chego cansadíssimo ao fim do dia. Resultados práticos, zero, não produzi nada, a não ser, eventualmente, suor. É isto o que é necessário e o que fica aqui registado é que há responsabilidade de todas as partes. Obviamente que há, ma questão da negociação. Agora, temos que ver que o peso não era igual em todas as partes e a CVR Dão, que



também fique bem claro, e quem acompanha o processo sabe, perfeitamente, que tudo fez no sentido de que fosse criada, porque tinha todo o interesse que fosse, fez as cedências que era necessário fazer. Agora, não se pode fazer a cedência de dizer que sendo a sua maior dimensão, de repente, ser reduzida quase àquela que tem menor dimensão, portanto, também há coisas que são perfeitamente inaceitáveis, sei que não podem sequer ser trazidas para cima da mesa, quanto mais discutidas. O que parece que falta aqui é quem tem tinha poder, e só o Governo é que tem poder, é que deveria, de alguma forma, ter persuadido as partes a entenderem-se. E esse papel não terá sido, efectivamente, desempenhado de uma forma eficaz. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

- **DEZASSETE** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Muito bom dia a todos. Para responder e para comentar Senhor Presidente, e deixe-me começar por esta última parte. De facto, é preciso pachorra para ouvir algumas pessoas aqui a intervir. Como é que é possível que se venha dizer que as partes aqui não se entenderam, o Governo decidiu, porque as partes não se entenderam. Estava toda a gente de acordo aqui com a Segunda Repartição de Finanças, toda a gente em Viseu e o Governo decidiu ao contrário. Bem, isto só tem uma justificação é do Ministério da Agricultura, total. O Senhor Ministro, também do mesmo Partido, que se juntou à manifestação contra ele quando foi da mioleira e, portanto, estamos neste Ministério, curiosamente com alguns especialistas de Viseu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que eu já ouvi, até noutros fóruns internacionais, dissertarem sobre a agricultura, especialistas reconhecidos. Bem, mas que afinal quando chega a história do vinho fizeram aquilo que fizeram e depois, começa-se num passa culpas. Eu queria dizer que esta história que foi aqui dita, nomeadamente, se a capital escolhida, ou a sede fosse outra teria outro desfecho. Foi, exactamente, isso que aconteceu com as Regiões de Turismo. Exactamente isso! Também se arranjou uma Região de Turismo para a Serra da Estrela contra a vontade de toda a gente. Bem, mas era para ali para aqueles sítios, de maneira que lá foi a decisão. Eu penso que de uma vez por todas há uma coisa que não podemos deixar de dizer, de facto, nós não podemos querer “o Sol na eira e a chuva no naval”, como pretendem os nossos amigos socialistas. É sempre a mesma coisa! Sempre que se trata de pôr as questões no interesse de Viseu nós arranjamos aqui uma forma enorme e um desespero para arranjar soluções. Vejam o que é que foi dito aqui sobre a questão da Estrada do Sátão. Já percebemos porque é que foi Senhor Presidente da Junta. O Senhor Polónio viu que havia lá uma placa, primeiro enganaram-se... De vez em quando há forças que vão fazendo algumas correcções. A placa que lá estava que devia ser de trezentos e sessenta e cinco dias, passou a ser de trezentos e sessenta e cinco meses de construção, o que significa, que o Governo previu aquela estrada, se não me engano, com trinta anos. Bem, mas depois quando alguém chamou a atenção tiraram quer os dias, quer os anos. Agora, já não há anos nem dias estão lá trezentos e sessenta e cinco, portanto, dá para aquilo que der. Não vale a pena. Ninguém se mexe com isto! A única entidade que tem feito, digamos, o impossível, aliás, remando contra a maré, é a Câmara de Viseu. Mas também, diga-se de passagem, ainda bem que acontece assim, porque de uma vez por todas, que fique claro, que a voz de Viseu em Lisboa é a voz dos eleitos, não é a voz dos designados. A voz dos designados é a voz de Lisboa em Viseu e, portanto, já percebemos que é assim. Correndo aquilo que foi dito aqui, veio primeiro pelo Deputado Teodósio, o Relatório de Segurança Interna. Está bem patente, o Relatório de Segurança Interna tem duzentos e cinquenta efectivos a menos na GNR e tem sessenta e cinco a menos na PSP e, portanto, com este tipo de relatório a primeira coisa a fazer é exigir a presença destes efectivos. Ainda não percebi qual é outra solução! Depois da presença destes efectivos dos





tais, se não me enganam os cálculos, trezentos e quinze pessoas que faltam aqui no domínio da segurança, duzentos e cinquenta da GNR e sessenta e cinco da PSP. Depois desses trezentos e quinze elementos aqui, é que se deveria ver se, de facto, o resultado foi melhor ou pior, mas, digamos, temos logo esta posição, veio logo dizer-se que somos uma terra segura. Houve até o Senhor Comandante que transferiu logo os problemas que até aqui eram apontados para o Centro Histórico, agora já não são ali, são na Quinta do Galo e não sei quantos. Como não competisse à Polícia definir aonde é que era. Agarrem nestes sessenta e cinco e se faltam na Quinta do Grilo mandem-nos para lá. Sessenta e cinco elementos são muita gente, já dava para a Quinta do Grilo, é assumir essas responsabilidades. E já agora uma outra coisa, tenho bem presente na reivindicação que fiz ao Senhor Ministro, aliás, pessoa por quem tenho grande consideração, no Dia da Polícia de Segurança Pública. Também esperamos, mas é fatal como o destino, esperamos até ao último dia do primeiro semestre para cumprir a promessa, espero que venha de acordo. O Senhor Ministro comprometeu-se publicamente de que até ao final do primeiro semestre que estariam cá os efectivos em falta. Eu espero para trezentos e quinze, que venha coisa que se veja, porque se é para mandar meia dúzia de pessoas, de facto, não saímos da mesma coisa. Sobre a questão que me foi colocada sobre o Parque Aquilino Ribeiro, achei graça, porque a seguir dois Deputados diferentes vieram perguntar se o Parque Aquilino Ribeiro, porque é que era que o visto de Tribunal de Contas... E a primeira coisa que se disse foi logo, a população está sem aquilo. Claro, também está sem as Unidades de Saúde Familiares. O Senhor Deputado nem sequer perguntou por isso. Estão as duas coisas pela mesma coisa, por falta do visto do Tribunal de Contas, mas as Unidades de Saúde Familiares são uma promessa do Governo, aí não houve nenhuma posição, sobre o Parque Aquilino Ribeiro houve posição. Não há ninguém mais preocupado com esta história de que a Câmara, só que está lá desde o dia dez de Dezembro para o recurso, para ser apreciado e, portanto, estamos à espera. Não podemos fazer nada não somos nós que o julgamos e aguardamos que o visto seja... Já agora, sobre a falta de visto, há muita gente que ficou surpreendida. A falta de visto pelo Tribunal de Contas, ou a recusa de visto, é uma operação diária. As vezes fico até espantado, a gente que deambula na Assembleia da República não usar visto. O visto no Tribunal de Contas é diariamente recusado, constantemente recusado, portanto, não sei qual é a admiração por estar a obra parada. Naturalmente está a obra parada e nós demos alguma força ao empreiteiro, porque de facto, o empreiteiro sem o visto corre o risco, eventualmente, de termos que suspender a obra a passarmos a uma outra fase. Sobre as Unidades de Saúde Familiares, que o Pedro Ruas aqui trouxe, eu já respondi sobre as Unidades de Saúde Familiares, exactamente, como a outra a do Parque Aquilino Ribeiro à espera do visto. Mas houve duas questões que foram aqui colocadas que eu acho extremamente importante: da unidade de Continuados da Misericórdia não sabemos nada, era importante que a Misericórdia também tivesse essa Unidade de Cuidados Continuados, portanto, não é nada de decisão nossa, esperamos também que quem decida venha dar notícias dentro em breve. Mas sobre a Unidade Oncológica, nós reunimos, e eu próprio falo com a Senhora Ministra da Saúde, reivindicando a Unidade Oncológica para Viseu. Aquilo que foi prometido, foi que esta Unidade tinha, digamos, uma concepção muito parecida com uma em Évora, acho que era assim, resultante de uma parceria público-privada e, portanto, a receita seria a mesma. Contudo, isto gostaria de o dizer, é que a Câmara todo o trabalho de preparação urbanística já o fez, estamos à espera de decisão externa que não passa por nós, mas a Câmara já fez este trabalho de preparação. Sobre a Duzentos e vinte e nove, nós já dissemos, há um compromisso público de que a Estrada há-de estar pronta em Junho, o Senhor Presidente da Junta de Côtã já o ouviu, não sei se foi o Senhor Governador que o trouxe publicamente se foi da vinda de alguns panegíricos, mas o que é facto é que trouxe e disse que até um de Junho a estrada estava pronta, vamos



aguardar, porque a estrada não é da nossa responsabilidade. Há uma coisa que nós sabemos, já o trouxe aqui e trá-lo-ei até que a voz me doa, a única coisa que o Governo teve como objectivo nesta estrada foi reduzir o investimento inicial de oito vírgula sete milhões de euros para agora vir para quatro vírgula sete milhões. Foi a única coisa que o Governo conseguiu acenando-nos com uma alternativa, Pereira – Póvoa de Sobrinhos, que não sai do papel, portanto, aquilo que o Governo quis foi reduzir e conseguiu, digamos, esta importância. Podia tê-lo feito de outra maneira, não é? Podia tê-lo, eventualmente, poupado na figura mediática, ou numa viagem de um jovem a Milão e era capaz de dar também para isto, mas pronto. Senhor Presidente, deixe-me fazer aqui um pequeno parêntesis para dizer uma coisa que deveria ter dito no início, agora já podemos falar em pedradas à vontade, já é termo que não tem problemas e gostaria de vos anunciar em primeira mão, fá-lo-ei depois com todo o gosto, de que fui absolvido e não houve nenhum recurso, já passou todos os períodos, até o período da multa, ou melhor, o recurso com a multa que também não foi feito. Queria dizer-vos o acórdão é perfeitamente claro sobre a absolvição do Presidente da Câmara, portanto, a partir de agora quem tem funções políticas como eu podem usar este termo pedradas à vontade, porque já não é um termo proibido e mais, e nem correm o risco, pelos vistos, como eu esperava quando foi da absolvição, de terem acampados à porta da Câmara, os Senhores Presidentes de Junta sabem-no bem, ou à porta de uma qualquer reunião centralizada de Juntas de Freguesia, as câmaras de televisão, eventualmente, a filmarem-nos e a perguntarem: então vai ser condenado? Ou então, as muitas equipas de televisão que se deslocaram aos tribunais, ou ao Tribunal, para me filmarem de costas. Andou ali aquela imagem curiosa que não apareceu primeiro a cassete era de uma Rádio, por não ser uma cassete da Assembleia adiou-se o julgamento. Depois, o leitor só servia para cassetes grandes não para as pequenas, adiou-se o julgamento. Depois, apareceu um tal vigilante da natureza... Os Senhores sabem o que eu estava a falar do ponto de vista política, agora podemos retomar isso e a pessoa para quem eu queria atirar as pedradas, já não é proibido, estava aqui sentada ao lado, era um Vereador da oposição que mandou lá os vigilantes da natureza. O que o Governo devia fazer e o Partido do Governo, era fazer estas incompatibilidades, era alguém que trabalha num Serviço que tem relações com a Câmara não poder participar. Das duas uma: ou opta pelo Serviço, ou opta pela Câmara, mas já foi assim a mesma pessoa já foi candidato, ou Vice-Presidente da CCDR Centro e ao mesmo tempo Vereador na Câmara. O que é que a gente estava à espera? Que facilitasse o trabalho à Câmara? Foi a mesma pessoa que nos quis tirar a ponte, curiosamente continuamos em Silgueiros, a ponde de acesso à Póvoa Dão... Quando a ponte deu trabalho lá era da Câmara e a mesma pessoa foi sempre levantando problemas aos Senhores Presidentes de Junta. Quando tiram os escolhos que deveriam ser de responsabilidade da Hidráulica, agora com outro nome, do Centro ARH, quando os Senhores Presidentes de Junta fazem isso, a mesma pessoa lá se encarregava de mandar, não sei como é que se chama a designação, para os multar, portanto, sabem bem como é que as coisas se passaram. Estamos à vontade, Senhor Presidente, não há nada que o tempo não dê razão, mas agora vão-me ouvir até que a voz me doa, isso já sabem. Eu aguardei, e custou-me um bocado, quando entrei duas vezes no Tribunal, entrei algumas vezes, naturalmente, até para defender a Câmara, mas entrei muitas vezes no Tribunal, muitas vezes mesmo, o Tribunal estava em construção e disse mais coisas às pessoas que não queriam cumprir a promessa de construir o Tribunal de que disse aqui, bem mais grave e, portanto, estava à espera, quando muito, as pessoas me acusassem: olhe foi você que fez o Tribunal, interferiu para fazer o Tribunal e para isso teve, inclusivamente, de dizer algumas coisas às pessoas com quem tinha que tratar? Mas não, foi aproveitada esta questão de uma Assembleia Municipal. Já agora, Senhor Presidente, vale a pena ver isso. Eu acho que vale a pena reflectir sobre o acórdão, porque o acórdão diz uma coisa tão importante, diz que ninguém se preparou para as perguntar



que foram aqui colocadas. Ninguém de nós aqui sabe qual é a pergunta que um Deputado vai fazer e, portanto, o crime de instigação pública é quando as pessoas, premeditadamente, vão a um espaço público falar sobre isso. Deixe-me dizer que me aliviou até por uma razão, para num lugar político, essencialmente político, como é uma Assembleia, poder falar sem peias e poder ouvir também sem peias, porque, se por acaso, se mantivesse esta situação, teria que fechar os ouvidos, teria que fechar a boca e a maior parte das vezes não respondia aos Deputados, não sabia o que alguém aí, por exemplo, podia considerar, ou não, digamos, como passível de acção judicial. Já agora, uma outra coisa, também quem gravar esta Sessão que depois passe também aquilo que eu estou a dizer à TSF, pode ser que façam outro fórum agora sobre o facto do Presidente ser ilibado. E já agora, também uma outra coisa Senhor Presidente, e vou terminar com isto, falarei depois em outros palcos, imaginemos que uma cassete de gravação era prova para actos destes, se assim fosse o Senhor Ministro Manuel Pinho ainda hoje era Ministro, porque ele não falou fez apenas assim... E portanto, isto não aparece na gravação, aparece numa filmagem. Se tivéssemos filmado a Assembleia em vez de gravado, possivelmente toda a gente veria quem é que estava aqui ao lado a acicatar o Presidente da Câmara e, portanto, sabiam bem a quem é que se destinava a crítica que eu fiz. Agora posso dizê-lo, crítica por defeito a partir de agora com o mesmo contexto, serei bem mais duro nas apreciações. Senhor Presidente desculpe lá este intróito, mas tinha que o fazer. Sobre a privatização dos CTT, eu gostaria de dizer, que me parece bem, nomeadamente, os Partidos que se abstiveram, porquanto devemos deixar correr esta situação sobre pena de tomarem uma série de situações, há-de ser assim e parecido, se alguém trouxesse alguma Moção sobre a privatização da REFER, tão grave como as dos CTT e, portanto, vamos esperar se não passamos o resto da vida aqui a fazer Moções sobre as privatizações. Sobre as Recomendações, eu queria dizer que as aceito todas. Anotei as Recomendações, eu nem sabia que eram passíveis de votação, mas de qualquer maneira, aceito todas as Recomendações, ouvi-as todas, sobretudo quando as Recomendações estão no âmbito das preocupações de quem decide, mais se aceita, mas queria dizer que esta Recomendação ocorre numa altura em que os abrigos estão a ser colocados. Toda a gente sabe, lá em baixo junto ao Soldado Desconhecido foi colocado um abrigo novo, dos caros, apesar de serem partidos com frequência, portanto, essa Recomendação eu aceito-a com gosto. Achei curioso o que foi dito aqui pelo Deputado Ascensão, “para preservar o espírito de profissionalismo do pessoal da Segunda Repartição”, quer dizer, isso já chegava profissionalismo para, eventualmente, concentrar as duas Repartições. Olhe, o Governo entendeu muito bem o espírito de profissionalismo pela Repartição de Finanças, deu-lhes uma boa paga. Os funcionários de Finanças que se opõem, e de que forma, à concentração de serviços foi-lhes reconhecido, e de que maneira, este espírito de profissionalismo. Sobre a questão que foi aqui colocada ao Senhor Presidente sobre a Comissão Vitivinícola, eu só gostaria de dizer para terminar o seguinte, eu espero sinceramente que este ataque constante a Viseu, acho, e já toda a gente reparou, que nos vai fortalecer sobretudo a quem tem, digamos, alguma responsabilidade decorrente de um acto eleitoral. Vai-nos fortalecendo e vai-nos dando cada vez mais margem para perceber o que é que se pretende. Mas eu gostaria de dizer às pessoas se, eventualmente, têm essa fixada e apesar de saberem que eu não me sujeitarei mais a nenhum acto eleitoral autárquico, por força de uma decisão curiosa, decisão que esperamos agora ver também alargada ao Governos das Regiões Autónomas, aos Primeiros Ministros, que é altura também de o alargarem, é para evitarem esta vergonha de cairmos nesta situação. Os Senhores Presidente de Junta, se calhar, já se aperceberam disso, os Senhores podem ser Segundo do vosso Primeiro, perdão, podem ser Segundo do vosso Segundo, agora isso já não traz nenhum problema. E se, por acaso, morarem na Freguesia x e forem Presidentes da Junta y, também podem trocar, não há problema nenhum, portanto, se o Dário passar para o Coração de Jesus e o



Coração de Jesus... Não, ainda tem mais dois mandatos, mas não há nenhum problema, podem rodar que não há nenhum problema. A Lei, percebeu-se bem o que é que se pretendia, deixaram esta porta aberta e, portanto, se eventualmente, nas áreas metropolitanas for também aproveitada a janela da oportunidade, aí não há problema nenhum. Mais uma vez esta Lei até parece que foi feita para o interior. Não estão a ver nenhuma dificuldade, independentemente de quem lá está, de Cascais em concorrer a Oeiras, de Almada em concorrer ao Seixal, de Gaia concorrer ao Porto, ou ao contrário, aí não há problema nenhum. É o que temos, mas pronto, também pensávamos que, eventualmente, a legislação tivesse um outro cuidado, Já agora, também uma outra coisa, que ninguém faça, eu recuso-me a aceitar isso, alguma ligação entre a corrupção e a limitação de mandatos. Eu recuso-me a aceitar isso. Que ninguém venha dizer que é por estar há mais tempo numa Câmara, ou numa Junta de Freguesia que arranjam outras amarras. Quem tem honestidade tem-na sempre, quem não tem, comete-a no primeiro, no segundo, no terceiro, no quarto, ou no quinto, comete-a quando tiver oportunidade, porque as decisões são de órgãos colegiais. O que é facto, é que só saem em cada lista um de nove elementos, no caso da Câmara, no caso da Junta de Freguesia só um de não sei quantos elementos, porque as únicas pessoas que foram abrangidas foram os Presidentes da Câmara, e os Presidentes da Junta, para comporem o ramo, são os únicos, digamos, eleitos que podem ser afeitos à corrupção, todos os outros estão fora disso. Eu espero que não haja para aí alguma ligação directa com essas duas situações. Queria só terminar, Senhor Presidente, dizendo que agora também estou à espera de ver como é que fica a situação da sede da Comissão Vitivinícola do Dão, não sei como é que agora vai ser. Nós disponibilizámos em tempos, como é sabido, o Solar do Dão, que é propriedade camarária, mas com utilização com determinada finalidade, não sei agora como é que com esta nova divisão, vamos continuar a garantir a coabitação e a co-gestão do espaço, mas é um problema que veremos a seu tempo. E pronto, é tudo Senhor Presidente”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Acabámos agora o Período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar no PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Vamos começar pelo Ponto Um - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “ACTIVIDADE MUNICIPAL”, nos termos da alínea e) do número um, de cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove, noventa e nove. Dou de novo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para iniciarmos este Período”. -----

- DEZOITO - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Um e diz: “Mais uma vez, permitam-me que entre directamente na intervenção que preparei dispensando os cumprimentos. O Poder Local, enquanto pedra angular do bem-estar económico e social do País, tem sido e continua a ser o garante da democratização do investimento público em Portugal. Sem o Poder Local, o nosso País seria muito menos desenvolvido e certamente ainda muito mais assimétrico. Neste contexto, podemos afirmar que o Município de Viseu tem contribuído activamente para o desenvolvimento nacional, situação, aliás, que pode facilmente ser comprovada através da análise dos vários indicadores económicos e sociais concelhios. Assente numa gestão prudente e equilibrada, tem sido possível ao Município de Viseu realizar um número significativo de investimentos em prol da qualidade de vida dos nossos concidadãos. Situação que tem, no entanto, obrigado a Câmara Municipal de Viseu a enveredar por uma procura incessante de fontes alternativas de financiamento. Foi, assim, com grande satisfação que, em dois mil e sete, assistimos ao início do período de vigência do tão propalado QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, com a possibilidade de acesso a Fundos Comunitários disponibilizados pela União Europeia durante os anos de dois mil e sete a dois mil e treze. A satisfação inicial foi paulatinamente se transformando em apreensão, pois só passado quase um ano após o seu início de



vigência é que foi possível submeter a primeira candidatura. Durante todo este tempo os municípios portugueses estiveram impossibilitados de apresentarem as suas candidaturas a recursos que são, para muitos Concelhos, vitais ao seu desenvolvimento. Por outro lado e ao contrário do que acontecia com os “Quadros Comunitários de Apoio” anteriores, em que as candidaturas podiam ser apresentadas em qualquer momento durante o seu período de vigência, actualmente as candidaturas só podem ser efectuadas depois de publicados os respectivos “avisos de abertura de candidaturas” por áreas de intervenção e por um período restrito de tempo. Esta situação tem limitado fortemente a capacidade de planeamento dos municípios, principalmente daqueles cujos recursos financeiros são mais escassos, os quais não podem programar atempadamente a execução dos seus investimentos, ficando à mercê das publicações dos referidos “avisos de abertura de candidaturas” decididas pela Administração Central. Eu devo dizer, em abono da verdade, que esta situação já foi ultrapassada, e mais à frente falarei nisso, com o entendimento que a Associação a que eu presido teve com o Senhor Ministro da Economia. De salientar, por outro lado, que no âmbito deste QREN foi igualmente decidido delegar algumas competências de gestão com a subvenção financeira de parte dos fundos europeus disponíveis nas várias Comunidades Intermunicipais, que entretanto criadas. A título de exemplo, informo que em relação à Comunidade Intermunicipal que nos diz directamente respeito, a Comunidade Intermunicipal da Região do Dão, Dão-Lafões, o “Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global” veio a ser assinado em dezasseis de Dezembro de dois mil e oito. Decorrente desta situação, só foi possível ao Município de Viseu e aos outros da região efectuarem a sua primeira candidatura à Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões, para a obtenção dos fundos comunitários contratualizados, no segundo trimestre de dois mil e nove, com inevitáveis atrasos no início dos projectos inicialmente definidos para o efeito. Durante quase dois anos a execução do QREN foi quase nula, com inevitáveis consequências na recuperação económica, na modernização e desenvolvimento do País e na animação da economia local, em virtude do atraso na concretização de muitos investimentos municipais. Para além dos contratemplos enunciados, importa, também realçar que as verbas dos fundos comunitários disponíveis para as autarquias locais são bastante exíguas, quando comparadas com aquelas que estão ao dispor da Administração Central. Relembrando um estudo que já algumas vezes trouxe aqui, e que demonstrava a inquestionável capacidade de gestão do Poder Local, traduzida na certeza dos números que evidenciavam que mais de cinquenta por cento do investimento público efectuado em Portugal são feito pelas Autarquias, com pouco mais de dez por cento das receitas do Estado, valor que poderia ser exponencialmente superior se as verbas disponíveis para a Administração Local também fossem maiores. Senhor Presidente, Senhores Deputados, através de um trabalho aturado de planeamento e programação foi possível ao Município de Viseu ter em carteira um conjunto de projectos passíveis de serem candidatados aos fundos comunitários. Esta é uma situação que já não é nova para nós e que já havia ocorrido anteriormente, quando Viseu foi uma das primeiras cidades a ser contemplada com o Programa Polis. Assim, gostaria de realçar, a título de exemplo, uma das candidaturas do Município de Viseu que efectuou no âmbito do Regulamento Específico chamado de “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana”, tendo sido um dos primeiros municípios a ver o seu Programa de Acção aprovado. Este Programa de Acção, cujo investimento elegível total ronda os dez milhões de euros, tem previsto a realização de cerca de trinta projectos, públicos e privados, através de uma Parceria com vinte e dois Parceiros, também públicos e privados. Eu lembro a este propósito que vou intercalar, para dizer das virtualidades. Ainda ontem tivemos possibilidade com um dos parceiros, que referiu publicamente que foi a Câmara que o abordou, nem sequer teve necessidade de solicitar à Câmara o encontro propondo-lhe uma parceria. E Falo da Igreja Nova, que podemos comprovar o trabalho excelente



decorrente destas parcerias e que em boa hora, digamos, foi concretizada com aquela comunidade. Este programa de acção cujo investimento elegível total tem, como disse vinte e dois parceiros também públicos e privados. Seria um pouco exaustivo enunciar aqui todas as candidaturas que já efectuámos no âmbito do QREN, mas eu gostaria de referir de um modo geral que já efectuámos quarenta e três candidaturas, num valor total elegível de trinta e cinco, vírgula cinco milhões de euros. Das candidaturas efectuadas, trinta já foram aprovadas, estando os respectivos projectos em execução ou em fase de conclusão. Em termos globais, estas candidaturas aprovadas correspondem a um investimento elegível total aproximado de vinte e sete milhões de euros e uma contrapartida expectável de dezasseis, vírgula três milhões de euros. Agora mais, esperamos com a comparticipação atingida dos oitenta por cento. Ainda estamos a aguardar a aprovação de algumas candidaturas já submetidas, enquanto outras foram liminarmente excluídas, o que para nós foi um pouco incompreensível, especialmente aquelas que submetemos na área do ambiente, vejam lá, sempre à volta do ambiente. Todas as candidaturas foram aprovadas menos as do ambiente. E já agora, é bom que saibam para que é que eram as do ambiente: uma era para a “Reabilitação de Rede Hidrográfica do Rio Pavia”. A candidatura sobre a “Reabilitação de Hidrográfica do Rio Pavia” foi reprovada. E também a “Agenda 21 Local”, curiosamente era um projecto que tínhamos em parceria com o Instituto Politécnico de Viseu e com a Universidade Nova de Lisboa. Foram estas candidaturas chumbadas. Eu faço um intercalar apenas, parece que tenho uma fixação com o Ministério do Ambiente. Eu acho é que tal como funciona, sobretudo com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, a existir a Secretaria de Ambiente, ou não, era a mesma coisa. Se calhar, era até bem que não existisse, resolvia muitos dos problemas, mas ainda bem que também a Natureza de vez em quando dá algumas lições, nomeadamente, ao Senhor Secretário de Estado. Eu não resisto a contar-vos uma pequena história. A maioria dos parques eólicos, neste momento, são reprovados, porque dizem os teóricos que são contrários a algumas espécies que é preciso preservar. Bem, pois foi chumbado um parque eólico no Norte do País, exactamente, com essa intenção, porque dificultava a procriação dos lobos. A dona Loba fez a vontade ao Senhor Secretário de Estado. Então, para contrariar aquilo que o Senhor secretário de Estado sabe, porque é um entendido na matéria, foi, exactamente, parir na base da torre eólica. A loba com duas penadas disse ao Senhor Secretário de Estado que afinal ele não sabia nada daquilo e que a torre eólica não era nenhuma dificuldade para que os animais se reproduzam e se conservem. Dizia eu, Senhor Presidente que a crescer aos problemas anteriormente referidos e que têm ocorrido no âmbito do QREN, também são incompreensíveis os pedidos de pagamento que temos efectuado. Estando a quase totalidade dos projectos candidatados e aprovados em execução ou em vias de conclusão, eu pedia-vos que tomassem atenção a esta parte, porque de facto, é importante. Nós temos quase os projectos candidatados em vias de conclusão e os pagamentos destes investimentos aos empreiteiros ou aos fornecedores de serviços e de bens, por parte da Câmara Municipal de Viseu, têm ocorrido normalmente e dentro dos prazos legais, com a crescente dificuldade decorrente do atraso daqueles. O que já não tem acontecido, dentro de um período de tempo considerado razoável, é o ressarcimento pelas entidades gestores dos fundos comunitários das correspondentes comparticipações de alguns pedidos de pagamento já efectuados. Estamos a falar de alguns milhões de euros de atraso nos pagamentos com consequências para as finanças do Município, uma vez que as receitas que nos são devidas têm demorado a entrar nos cofres municipais. Já agora, também uma pequena nota para dizer vamos discutir daqui a bocadinho as contas e eu não fiz esta intervenção ao acaso. Fi-la, exactamente, porque antecedia a discussão das contas que vamos fazer daqui a bocado. Vejam se eu tinha seguido a sugestão e o conselho de alguns Ministros das Finanças que desfilaram aqui deste lado ao longo destes anos todos e eu



lembro o conselho, era assim: Porque é que a Câmara tem dinheiro depositado, os Senhores podem consultar as actas com uma frequência espantosa, se neste momento a Câmara não tivesse tido o cuidado desta almofada financeira estava parada, como uma boa parte das Câmaras deste País, porque não tinha dinheiro para pagar os investimentos de cujo ressarcimento ainda não tem. Eu gostaria de vos dizer, como há bocadinho disse, aceito todas as recomendações, mas só aquelas que eu acho que são boas para o Município. Aquelas que, eventualmente, não forem a recomendação também a aceito, mas ponho-a de lado, como fiz, exactamente com este conselho sobre as finanças municipais. Aliás, queria até dizer mais e é uma declaração política que eu não enjeito, se tivesse feito o conselho que me deram teríamos a Câmara Municipal como está o País e, portanto, eu teria que vir aqui com o orçamento rectificativo. Vinha cá dizer que o défice era dois, vírgula nove e depois a seguir, já passou para nove, vírgula não sei quantos, portanto, eu não quero isso, quero umas finanças saudáveis. Mas para isso é preciso, de facto, ter alguma almofada financeira, mas também é preciso que os fundos a que temos direito e que nos candidatámos atempadamente sejam transferidos para os cofres municipais. Senhor Presidente, Senhores Deputados, parece, no entanto e finalmente, que o Governo tomou consciência destes e de outros problemas relacionados com a execução do QREN, quando considera e passo a citar: “...a necessidade de agir de forma célere e concreta sobre os principais constrangimentos verificados na operacionalização do QREN que têm influência directa na capacidade de execução dos investimentos ...”, acabei a citação, na sequência de um “Memorando de Entendimento entre o Governo da República e a Associação Nacional de Municípios para Promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do QREN dois mil e sete – três mil e treze”, que foi assinado recentemente. Este “Memorando” tem dois objectivos: o primeiro “Acelerar a curto prazo a execução dos projectos de iniciativa municipal no âmbito de QREN”; o segundo “Reforçar o reconhecimento dos municípios, nomeadamente através das CIM, enquanto parceiros estratégicos das políticas públicas de desenvolvimento, crescimento e emprego”. Foi, assim, definido um “Plano de Iniciativas”, que destaco alguma das suas, digamos, maiores incidências: A utilização da modalidade de acesso do “balcão permanente” e daí, eu ter dito há pouco, que a situação das candidaturas no tempo e definidas no tempo estava ultrapassado; O aumento das taxas de co-financiamento para oitenta por cento no âmbito dos Programas Operacionais Regionais, sem acréscimo de valores de financiamento global esperado; Aumento do financiamento aos Centros Escolares; Também nos foi prometido a celeridade nos pagamentos e cumprimento de prazos regulamentares; E por outro lado, a revisão sistemática dos regulamentos específicos. Também posso aqui anunciar, esta Assembleia tem este privilégio, que estes Regulamentos Específicos já foram, inclusivamente, aprovados e já foram também analisados pela Associação Nacional de Municípios Portuguesas. Esperamos, sinceramente, que o referido “Plano de Iniciativas para Promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal” tenha uma implementação rápida e em termos práticos para podermos, em conjunto, aumentar os níveis de execução do QREN que apresenta valores verdadeiramente baixos. É que a expectativa criada foi grande, mas não tem, até agora, tradução material, com os inerentes prejuízos para a economia local. Muito do emprego local e regional depende do bom funcionamento da autarquia de Viseu que, mercê de um esforço redobrado, vem honrando os seus compromissos. Compete também às Entidades Gestoras dos fundos comunitários fazerem o seu trabalho de uma forma ágil e também de uma forma objectiva. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixamos, igualmente, à consideração através das folhas que anexámos a Situação Financeira; a Informação prevista na alínea d) do número um do artigo cinquenta e três e ainda a Lista de Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e o seu estado. Tenho dito”. -----



- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Ranhados. -----
- **DEZANOVE** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MATEUS DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS (PSD)** – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Eu subo a esta tribuna para fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara referente à construção do Complexo Escolar de Ranhados. Queria saber qual era o ponto da situação desta mesma construção e queria saber também se o elenco no Ministério da Educação está na disposição de cumprir com o protocolo, assinado e publicado em Diário da República no ano de dois mil e dez. Protocolo que foi assinado entre o Senhor Presidente da Câmara e o actual, nessa altura, Secretário de Estado Escolar. Este Complexo, como sabeis, tem sido ambicionado por toda a comunidade educativa há já bastantes anos, cerca de doze anos, que culminou em dois mil e cinco, precisamente, com a assinatura deste Protocolo. Eu queria referenciar aqui a vontade que a Câmara Municipal tem tido na construção deste Complexo Escolar, inclusivamente o facto de nos orçamentos de dois mil e dez, onze e doze estarem disponíveis uma certa verba para este Complexo. Por conseguinte, da nossa parte, verificámos que a Câmara tem vontade da construção deste Complexo Escolar. Para além disso, como sabeis, foi assinado na Junta de Freguesia a cedência do terreno para a construção deste Complexo em dois mil e cinco, há bastante tempo. É engraçado, quando eu fiz aqui uma proposta na Assembleia Municipal, recebi um ofício da DREC dizendo que em Outubro de dois mil e um a DREC iria enviar o projecto para a Câmara Municipal para a construção deste Edifício Escolar. Até à data ainda não temos nada e eu queria perguntar ao Senhor da Câmara qual é o ponto da situação desta construção? E aproveitar a oportunidade para dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que a comunidade educativa está muito grata à insistência por parte do Senhor Presidente da Câmara no Ministério da Educação, inclusivamente, quando diz que no caso de não construírem o Complexo Escolar que meteria o Governo no Tribunal, porque realmente, da parte da Câmara cumpriu rigorosamente esse Protocolo. Por conseguinte, da minha parte, e em nome dos fregueses ranhadenses, queria agradecer a frontalidade que tem tido para com o Ministério da Educação e a insistência que tem tido com este Ministério para que este Complexo seja uma realidade que irá servir não só a Freguesia de Ranhados, mas sim, as Freguesias da periferia de Ranhados, inclusivamente, quem sabe, até São João de Lourosa, Fragosela, porque é um Complexo bastante grande com uma capacidade, conforme está no Protocolo, seiscentos alunos. Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara por tudo o que tem feito em prol desta construção. Muito obrigado”. -----
- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----
- **VINTE** – **SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS)** – No uso da palavra diz o seguinte: “Eu fiz sinal há pouco ao Senhor Presidente da Mesa, não sei se poderei fazer esta intervenção. Era para responder ao Senhor Presidente na sua última intervenção, não sei se me é permitido”. -----
- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, esclarece a Senhora Deputada e diz: “Senhora Deputada, este é Período de Informação do Senhor Presidente da Câmara, portanto, tem toda a legitimidade para colocar as questões, que entender, ao Senhor Presidente da Câmara, para além da intervenção que o Senhor Presidente da Câmara aqui fez”. -----
- **SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS)** – Prossegue a sua intervenção dizendo o seguinte: “dirigindo-me directamente ao Senhor Presidente da Câmara, gostaria de dizer que nos congratulamos, como é evidente, pela absolvição da questão do incidente conhecido nacionalmente “pelas pedradas”, mas eu considero que tinha que vir aqui fazer esta intervenção. Esta é uma casa da democracia e da cidadania e o que o Senhor Presidente aqui veio fazer, no fundo, e fazendo aqui um parêntesis, foi falado em todo o País e toda a gente se pronunciou, como sabe pela comunicação social,





sobre este incidente, porque foi, realmente, considerado grave. E, essa gravidade foi, completamente, branqueada aqui pelo Senhor Presidente, como se fazendo aqui esse elogio a essa agressividade como se isso fosse uma mais-valia na intervenção dos políticos quando se dirigem aos seus eleitores, quer sejam, neste caso, oposição ou não na Assembleia Municipal. O que o Senhor Presidente da Câmara aqui fez foi dizer-nos, ameaçar-nos, porque foi a conclusão que eu tirei de que iria responder à medida que as intervenções sucedessem e, ao longo do tempo, no tom e da forma como entendesse melhor, portanto, sem esse peso da absolvição ou não da questão das pedradas. A Bancada Socialista nunca, e as actas assim o confirmam, referiu este facto, respeitando a forma um pouco enervada como o Senhor Presidente referiu, portanto, delicadamente. Eu penso que tivemos esse cuidado, nunca fizemos aqui nenhuma tentativa de, enfim, denegrir a imagem do Senhor Presidente por causa desse facto. O contrário, o Senhor Presidente não o faz. A forma pouco respeitosa, e volto a sublinhar, pouco respeitosa, como muitas vezes o Senhor Presidente se nos dirige, às Deputadas e aos Deputados desta Assembleia, fez-me vir aqui dizer que repudio integralmente aquilo que o Senhor acabou de dizer fazendo-nos, de algum modo, amedrontar, entre aspas, perante qualquer intervenção nossa. E, o facto de nos imputar sistematicamente a responsabilidade das atitudes do Governo, quando nós somos apenas Deputados de uma Assembleia Municipal, também me parece, quer da bancada da oposição quer do Senhor Presidente em particular, despropositado. Nós como socialistas e como viseenses, continuando a acreditar nos nossos princípios, vamos defendê-los enquanto estivermos aqui a cumprir o nosso lugar de eleitos pelos viseenses. E não foi pelas palavras que o Senhor Presidente acabou aqui por proferir, que nos vamos calar ou nos vamos amedrontar. Não acredito que o Senhor Presidente proferisse, exactamente, aquilo que acabou de dizer se estivéssemos aqui perante a Assembleia Jovem que terá lugar daqui a pouco tempo. Obrigada”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- **VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)** – Pede a palavra da intervirmo do seguinte modo: “É só para dizer, mais uma vez continuamos aqui sem saber qual é a opinião do Partido Socialista. Começa por dizer: “Vimos aqui congratularmo-nos com a absolvição neste acto” e a seguir vem fazer o acusatório novamente. Está encerrada esta matéria, até os tribunais vieram a encerrá-la, não faz sentido voltar estar aqui a levantar poeira. Realmente, o Partido Socialista está deveras desorientado, e se dúvidas houveram, hoje está a ser um dia excelente para isso. Vejo que há pouco até votou contra as Propostas do próprio Partido Socialista Nacional do Governo do PEC, portanto, votou aqui favoravelmente numa Moção que ia contra o que foi aprovado na Assembleia da República sob proposta do Governo. Por amor de Deus! Orientem-se, decidam-se, tenham um rumo e depois venham aqui acima para a gente saber, efectivamente, o que é que pensam, porque pensam uma coisa e no segundo seguinte pensam imediatamente o contrário e isso é uma dúvida que não deve perpassar. Relativamente sobre esta matéria pedia para que, efectivamente, usando o termo pedra definitivamente sobre este assunto que não tem interesse rigorosamente nenhum. Muito obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo. -----

- **VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – No uso da palavra intervém da seguinte forma: “Eu venho fazer uma intervenção no que diz respeito, concretamente, à intervenção que o Senhor Presidente da Câmara fez no âmbito da Actividade Municipal relativamente à temática do QREN, mas não posso deixar de referir aqui uma coisa, o Deputado Manuel Teodósio às vezes, enfim, tem esta estratégia de dizer. Eu não percebo aonde é que encontra a contradição no que a minha colega de bancada, Fátima Ferreira, aqui veio dizer na sua intervenção. Ficou satisfeita por saber que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu tinha sido, digamos,



inocentado de tudo o que sabemos que aqui se passou. De qualquer das maneiras, achou inadequado que o Senhor Presidente da Câmara, como todos aqui ouvimos durante alguns minutos que dedicou na sua intervenção, tendo feito a comunicação que não teria havido apresentação do recurso e, portanto, o assunto estava encerrado, dizer-se que estaria a partir de agora ainda mais, não me recordo exactamente o termo que utilizou, mas dando a entender que de pedradas passará a penedos, vou aqui usar a brincadeira, que é exagerado. Bom, no actual ponto da discussão da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal dá-nos conta do desenvolvimento da Actividade Municipal no âmbito do QREN, assim como aborda algumas das que são as suas preocupações e apreensões relativas á sua execução. Não podemos dizer que não partilhados, de alguma forma, das suas preocupações quanto aos níveis de execução do QREN, do mesmo modo que verificamos que o atraso nos pagamentos dos pedidos de reembolso acrescenta dificuldades à gestão de tesouraria e futuramente, naturalmente, aos resultados financeiros da autarquia. Parece-nos, por outro lado, positivo realçar que das quarenta e três candidaturas apresentadas, trinta estão já aprovadas e ainda mais positivo que daqui resulte que cerca de oitenta por cento do montante das candidaturas apresentadas esteja já aprovado. Como nos é transmitido na sua comunicação dos cerca de trinta e cinco vírgula cinco milhões de euros elegíveis em candidaturas apresentadas, vinte e sete milhões de euros estão já aprovados. Percebendo também que a assinatura do “Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global” com a Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões ao acontecer em final de dois mil e oito, possa ter vindo a atrasar o início de alguns projectos, o que nos parece importante salientar é que esta descentralização de competências tenha sido feita. E julgo que esse é, indiscutivelmente, um ponto que nos une a todos nesta Assembleia, que é o do combate pela descentralização e pela delegação de competências. Positivo parece-me ser o facto registar, naturalmente, que um Memorando de entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios parece vir a contribuir não só para uma melhor agilização da execução do QREN mas, igualmente importante, pelo que nos foi comunicado e, enfim, do resto já tínhamos conhecimento, os aumentos nos financiamentos para oitenta por cento nos POR's e nos Centros Escolares e, essencialmente, o cumprimento de prazos regulamentares e a celeridade nos pagamentos. Este nosso QREN, como julgo que é sabido, resulta de uma difícil negociação com a Comunidade Europeia com inegáveis ganhos para o País, que seria uma enorme tristeza que os resultados fossem comprometidos por falhas nos procedimentos que comprometessem, precisamente, a sua boa execução. Por fim gostaria de pedir ao Senhor Presidente da Câmara que, não necessariamente nesta Sessão, e compreendendo que seria exaustivo tê-lo feito na sua intervenção, nos pudesse facultar e, portanto e digo a nós, a toda esta Assembleia, uma informação sobre todas as candidaturas feitas e no que respeita às já aprovadas os seus respectivos níveis de execução. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- VINTE E TRÊS – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu venho também debruçar-me, obviamente, sobre a intervenção que foi transmitida aqui no Período de Informação sobre a Ordem do Dia e queria começar por dizer que, também com um pouco de humor, não tenho sentido nenhum medo, nenhum desrespeito por parte do Senhor Presidente, nenhuma agressividade excessiva, portanto, quando vêm aqui dizer que isso se reflecte nos Membros da Assembleia tal não se verifica em todos. Vejo um discurso inflamado na “defesa da sua dama”, o que é legítimo e que é perfeitamente normal e, por vezes, utilizam-se alegorias que são, obviamente, mal interpretadas. Não compreendemos a situação do medo, é difícil de explicar, se calhar, também serve para justificar as ausências dos Vereadores do Partido Socialista, pois quem vier de fora parece que só temos aqui um



Partido único PSD, todos os Vereadores que estão presentes são do Partido Social Democrata. Mas voltando aquilo que é a abordagem que é o QREN, todos sabemos que o período de vigência do QREN se situa entre dois mil e sete e dois mil e treze. Desde o início de dois mil e sete até ao final de dois mil e nove, a União Europeia colocou à disposição de Portugal, no âmbito do QREN, mais de oito mil milhões de euros. No entanto, de acordo com o Boletim Informativo número seis do QREN, apenas foram executados cerca de dois mil milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de execução de pouco mais de vinte por cento; ou seja, ficaram por utilizar mais de seis mil milhões de euros comunitários até à data referida. Ao abordarmos a Taxa de Pagamento, verificaremos que é de apenas vinte por cento do montante executado, ou seja, na prática, após os primeiros três anos do QREN, tinham-se executado apenas cerca sete por cento do total das verbas previstas. Se análise for feita por Programas Operacionais, verificamos que as taxas de execução não inferiores nos Programas Regionais, quer do Norte, Centro, Alentejo ou Algarve (entre seis e oito por cento), mas com valores percentuais que duplicam quando falamos do Programa para a Região de Lisboa. As razões para tão baixas taxas de execução resultam dos aspectos já referidos pelo Senhor Presidente do Executivo Camarário, na sua intervenção, mas também dos atrasos na aprovação dos projectos por parte do Governo, e ainda mais grave, devido à política de combate ao défice também, pois nesta também foi utilizada como estratégia de contenção da despesa a limitação da execução do QREN, o que até já foi reconhecido pelo anterior Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, que afirmou e passo a citar: “As políticas de redução do défice tiveram o seu papel na redução dos ritmos de execução dos fundos comunitários” fim de citação. Não se refere concretamente ao QREN, mas implicitamente nós podemos tirar essa conclusão. A própria Assembleia da República aprovou, no passado dia cinco de Fevereiro, uma recomendação com medidas para melhorar a gestão e aplicação dos mais de vinte mil milhões de euros do QREN. O QREN tem uma importância política estrutural, cuja má gestão prejudica a população portuguesa e o desenvolvimento da economia: adia-se a construção de equipamentos, de vias de comunicação e de infra-estruturas que podiam estar já à disposição. Além disso, quanto mais tarde se utilizarem os fundos, menos eles valem, por via da inflação, atrasa-se a modernização e o desenvolvimento do País, criam-se menos empregos e a crise agrava-se. Temos ainda que salientar que apenas a boa saúde financeira de alguns municípios permite, por um lado, suportar a sua contrapartida para a execução dos projectos, devido a algumas taxas de financiamento baixas, por outro lado, a realização e pagamento prévio de projectos alicerçados no QREN, antes de recepção dos respectivos valores por parte da entidade gestora do programa. Sublinhamos então, as preocupações aqui trazidas pelo Senhor Presidente do Executivo Camarário, o alerta para uma maior competência na Gestão dos Fundos Comunitários, a tentativa de promover mudanças positivas e, ainda assim, temos também que sublinhar que apenas a boa saúde financeira do Município permite o adiantamento de pagamentos para promover o avanço da obra a realizar. Obrigado pela atenção”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal. -----

- VINTE E QUATRO – SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS) – No uso da palavra faz a seguinte intervenção: “Gostaríamos, em primeiro lugar, de felicitar O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu pela sua atitude perante o desafio da nova equipa do Ministério da Educação, bem como, da DREC - Direcção Regional do Centro, em avançar com a construção da Escola de Ranhados. Se a tipologia a construir não se nos afigura a mais adequada, como sempre o dissemos, julgamos que o mais importante é que a Escola de Ranhados se construa face ao grave problema da indefinição da Rede Escolar no Concelho de Viseu. A construção da Escola Básica integrada de Escola de Ranhados virá, sem dúvida, contribuir para a resolução - minimização deste problema. O Senhor



Presidente da Câmara poderá contar com uma postura dialogante e empreendedora por parte do Ministério de Educação e do PS Viseu. É tempo de sermos parte da solução em vez de continuarmos a adiar e adiar a construção da Escola. Sabemos que a Câmara Municipal tem estado em contacto permanente com o Ministério da Educação, bem como, com a Direcção Regional de Educação do Centro e gostaríamos de saber, para quando o arranque da obra efectiva em Ranhados? Mas, não só, para quando também a requalificação da Escola da Ribeira com mais um bloco para o pré-escolar, refeitório e biblioteca? Para quando a requalificação da EB Um do Viso? Para quando a construção de um novo espaço anexo à Escola de Marzovelos, para assim, dar resposta efectiva às milhares de famílias que ali habitam? De uma vez por todas, vamos acabar com o desdobramento de horário nas Escolas da cidade de Viseu, e assim podermos afirmar, à semelhança de todas as capitais de Distrito da Zona Centro, que Viseu tem a sua Escola, efectivamente, a tempo inteiro. Estamos certos, que o Executivo Camarário dará, conforme disse nas suas Grandes Opções do Plano, prioridade à educação. Da parte do Partido Socialista, poderá contar com diálogo, frontalidade, mas acima de tudo, responsabilidade na resolução efectiva destes problemas para bem de Viseu e dos viseenses. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.

- VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Pede a palavra da intervir do seguinte modo:

“Congratulo-me com a absolvição do Senhor Presidente da Câmara, tem todo o motivo para estar satisfeito, porque dissipa a imagem de, enfim, de uma região de trogloditas, de malhadinhas que andam sempre com o pau debaixo do casaco. Nós também já começamos a habituarmos, enfim, como os madeirenses, a este estilo que chamaria quase o “estilo do estalo”, linguagem figurada, do Senhor Presidente da Câmara. Mesmo quando o Senhor Presidente da Câmara, por exemplo, se dirige, como fez com a minha antecessora, Deputada Graça Pinto, dizendo-lhe que se fosse um homem lhe responderia de outra maneira. De qualquer modo, não me parece que este tipo de afirmações e de linguagem dignifique muito esta Assembleia, mas se o Senhor Presidente se sente bem no papel de “Alberto João das Beiras”, é um problema seu. Relativamente ao QREN, partilhamos das preocupações e das críticas formuladas pelo Senhor Presidente relativamente ao atraso do QREN, e regozijámo-nos com a afirmação do Senhor Presidente, que através de um trabalho aturado de planeamento e programação foi possível ao Município de Viseu ter em carteira um conjunto de projectos, e estou a citar, serem candidatados ao fundos comunitários, segundo disse, como já tinha acontecido como programa POLIS. Ora, o ponto é esse, é que eu espero, sinceramente, que o referido planeamento e programação tenha sido mais cuidadoso e eficaz, já que o resultado do programa POLIS em Viseu deixa muito a desejar, como se vê. Foi mesmo, no nosso entender, uma oportunidade perdida, se exceptuarmos o Parque Linear do Rio Pavia, a Ciclo Via e o Parque Urbano da Radial de Santiago. É certo que houve discussão pública, mas o que estava no papel não era, exactamente, aquilo que agora se vê. O Túnel do Viriato só serviu para transferir o fluxo de tráfego da Rotunda do Viriato para a Rotunda da Fonte Luminosa. A Praça de São Mateus não saiu, propriamente, uma Praça com a dignidade que a contiguidade de um monumento nacional único da Europa, como a Cava do Viriato o exigiria. Aquilo é, como eu tenho dito, mais uma era de granito ou um enorme redil. É certo que agora tem a utilidade de um parque de estacionamento, o único periférico da cidade, dado que as radiais não podem ser consideradas parques de estacionamento, mas que fica, relativamente, afastada da entrada da Cava do Viriato. Esta, a Cava do Viriato, ficou sem o centro de interpretação e acolhimento que seria a mais-valia daquela intervenção. A intervenção que foi operada não só desvirtuou o carácter muçulmano da fortificação, como criou obstáculos à mobilidade e à segurança. O mesmo aconteceu com o meio



mecânico para a Calçada do Viriato, escolheu-se a pior solução que originou sucessivos problemas de segurança mal resolvidos, atenuados à custa de múltiplos obstáculos à mobilidade, nomeadamente, peões, ciclistas e automóveis. A Covilhã, por exemplo, optou por uma passadeira rolante, projecto inicial do Arquitecto Manuel Salgado, mais barata, que não só resolveria o declive da Calçada do Viriato, como evitaria aqueles problemas. O Parque Urbano da Aguieira, talvez um dos projectos mais úteis e interessantes, também se não está na estaca zero anda lá perto, sem ter ainda tirado o partido prometido da paisagem fluvial com moinhos e açudes, formações geológica, pontes antigas no meio de terrenos agrícolas e de pastorícia. Podíamos dizer o mesmo do plano estratégico elaborado pela Parque Expo para o Centro Histórico. Antes mesmo da discussão pública, já estava decidido fazer um parque de estacionamento subterrâneo para vinte automóveis, por detrás do Museu Grão Vasco, projecto reprovado pelo IGESPAR por colidir com a qualidade estética do conjunto arquitectónico, Sé Catedral e a Misericórdia, que é a “jóia da coroa” da nossa cidade. Por isto, gostaríamos que fosse dado a conhecer, atempadamente, aos viseenses e a esta Assembleia, os projectos que a Câmara Municipal submeteu aos fundos do QREN. Obrigado”.

MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram formuladas.

- VINTE E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Eu ia responder, digamos, às perguntas sobre as intervenções, elas foram poucas, percebi a dificuldade de argumentação dos Senhores Deputados da oposição, então, quando a dificuldade de argumentação é pouca refugiam-se noutras coisas, percebemos bem. Eu gostaria de começar pela Senhora Deputada Fátima para lhe dizer o seguinte: Nunca tive receio de enfrentar alunos, a Senhora sabe bem disso. Conheci a Senhora quando fui seu director e na altura nunca me acusou de falta de respeito. Percebo agora que noutra situação a Senhora assumia esses galões. Eu queria dizer-lhe que o respeito tem dois sentidos e a Senhora já várias vezes aqui demonstrou que tem pouco respeito pelo Presidente da Câmara. Eu vou dizer-lhe uma coisa, vou-lhe respondendo agora, mas quando continuar com este registo é a última vez, não estou disponível para isso. A Senhora confunde firmeza com falta de respeito, aquilo que eu disse eu vou repetir: O que disse aos Senhores Deputados foi que as pedradas tal como as referi na altura, exactamente no momento, que não tiveram nenhum problema político, aliás, como o sempre entendi e que, portanto, poderiam considerar liberdade de expressão como um bem ganho escusavam de estar aqui com peias. Foi apenas aquilo que eu disse. Não amedrontei ninguém, aliás, acho que a Senhora não é pessoa de se amedrontar e eu também não sou pessoa de amedrontar ninguém, não tenho esse hábito, portanto, é bom que nos entendamos. Já agora, não percebi qual foi o desafio que me fez. Sabe uma coisa que eu tenho? Quem foi considerado animal feroz não fui eu, foi o seu patrão, o Senhor Primeiro-Ministro, esse é que foi o animal feroz. Feroz não fui eu, portanto, gostaria de lhe dizer que quando deitar as garras de fora deite-as com cuidado, não foi a mim que me chamaram isso. Já agora uma outra coisa também como resposta, estou apenas nos adjectivos, não sei o que é que o Deputado João Paulo quis dizer com os penedos. Os penedos só conheço aqueles dos partidos que andam aí, sabemos quem são eles: Paulo, Pedro... Esses é que são os penedos. De resto, ainda não cheguei aí, portanto, gostaria de falar em termos correctos. Já agora, deixe-me dizer uma coisa, por aquilo que eu ouvi, não sei mesmo, e deixem-me também duvidar, tenho o direito de o fazer, se os Senhores estão assim tão satisfeito com a minha absolvição, se aquela confissão que fizeram ali era mesmo sincera, para quem me tratou, agora mesmo, eu só posso considerar da Páscoa, porque estamos na Páscoa, quem ouviu aquele Senhor Deputado do Bloco de Esquerda dizer: O Senhor sente-se bem como Alberto João das Beiras. Eu sinto-me bem como Fernando



Ruas meu amigo! E deixe-me dizer-lhe isto, já deu conta que eu estou num registo muito calmo, deu conta disso, porque, se calhar, merecia outra resposta, não aquela que o Senhor me atribuiu. A sua colega teve oportunidade, não sei se é assim o termo, de me pedir desculpa pela interpretação que deu aos microfones de uma rádio e eu mostrei-lhe a acta de uma reunião, que o meu amigo pode recuperar. Não foi nada disso o que lhe disse, até deu a entender numa rádio que eu quase que a ameacei, se fosse um homem eu ia ali acima... Não foi nada disso! Eu queria dizer-lhe, se há alguém que não me dá lições, nomeadamente de comportamento, é o Bloco de Esquerda, gostaria de dizer isso, e o meu amigo muito menos. É bom que nos entendamos, não venha cá com isso, porque se reler lá os seus blogues e lá os seus artigos do “Aqui Viso Eu” e do não sei quantos, vai ver os insultos que o Senhor já fez ao Presidente da Câmara, que havia de lhe merecer respeito, eu sei que não por si. Eu não roubei nunca as eleições, eu ganhei as eleições e, sabe que ganhei as eleições ao fim do sexto mandato, com a maior votação de sempre. Os viseenses sabem isso. Não foi andar aqui metido nos “faces”, mais ou menos, não sei quantos, não foi por isso, foi pelo trabalho que dediquei a este Concelho, portanto, não vai ser o Senhor que vai desvirtuar isso. Fique com este registo, porque eu não lhe vou admitir este tipo de insinuações. O “Alberto João das Beiras” nunca podia ser confundido, porque não me viu andar de braço dado com o Primeiro-Ministro. Eu tenho bigode e ele não tem, portanto, não há aqui nenhuma confusão. Eu gostaria que utilizasse outros registos se quisesse também que eu lhe dê respostas objectivas e claras. E ficamos por aqui. Vou então àquilo que me foi colocado, nomeadamente, pelo Senhor Presidente da Junta de Ranhados. Queria dizer, Senhor Presidente da Junta, Senhor Professor Mateus, que nós mantivemos aquilo que era normal, uma Instituição de referência e uma Instituição, ainda por cima, com responsabilidades devia fazer. Foi cumprir aquilo que está no Diário da República, sob pena do Diário da República não valer nada. O que dissemos e eu respondo já também ao Senhor Deputado que me colocou a questão, ao Senhor Deputado Ginestal, nós deixamos alterar a tipologia, se os Senhores não estão de acordo com a tipologia, não há nenhum problema, alteram a tipologia. O que nós dizemos é que a Câmara não paga! Nada! Esse foi o espírito do acordo. Agora se quiserem em vez de vinte e cinco salas querem fazer cinquenta, façam o favor, o terreno chega. Por amos de Deus, façam o favor. É mais outra coisa até, arrisco-me a dizer isso, em vez de vinte e cinco salas, se chegarem à conclusão que só são precisas vinte, façam o favor de as fazer. A Câmara o que não quer, foi esse o espírito do acordo... O Senhor sabia, sabia de certeza, daqui dezasseis salas das vinte e cinco, dezasseis, são para a responsabilidade do Ministério da Educação, segundos e terceiros Ciclos, de que a Câmara não mantém nenhuma responsabilidade, portanto, se em vez de dezasseis quiserem fazer cinquenta, eu fico a bater as palmas. Não vão é dizer, como o tentaram fazer, que depois a componente nacional é paga pelo Município de Viseu. Se eu embarcasse neste tipo de ratoeiras não tinha a Câmara na situação financeira que está, portanto, se querem fazer mais salas é obrigação, façam o favor de as definir e paguem-nas, mais do que isso não podemos fazer. Estará, seguramente, de acordo comigo. Gostaria era de não ver gente de Viseu, já chegam as posições que vimos aqui de manhã, também tomarem a posição do Ministério na defesa da sua decisão. Se tivéssemos embarcado nesta, neste momento, teríamos as mesmas salas com a Câmara a ser responsável. Agora, de vinte e cinco por cento dos dois e tal milhões de euros que o investimento leva e, portanto, para gerir financeiramente a Câmara desta maneira não contem comigo. Sobre as obras, foi aqui colocado a taxa de execução, eu gostaria de perguntar ao Deputado João Paulo, se era possível, nós dissemos agora, as obras foram aprovadas, agora! Já pergunta a taxa de execução, as obras só agora é que foram aprovadas e aquilo que aqui foi dito, nomeadamente, pelo Doutor Paulo Pereira, é do conhecimento geral, nós devemo-nos envergonhar e só agora é que levou algum avanço, de estarmos a meio do período de vigência do QREN e estar vinte por cento do QREN



aprovado, o que significa que por este ritmo não tínhamos QREN até dois mil e treze, teríamos QREN até ao ano dois mil e vinte. Aquilo que eu digo, é que se há alguém que está descansado, só não estamos descansados, porque não recebemos o dinheiro, é a Câmara de Viseu, porque tem, praticamente, as obras todas em conclusão e mais, e até teve que nalgumas arrastar os pés, não fossem elas aprovadas antes da abertura e depois vir a CCDR dizer que já estavam concluir que não deviam entrar na candidatura. Até isso tivemos que andar a balançar, portanto, eu queria dizer-vos, que se alguém está descansado em relação ao QREN somos nós. E já agora, o contributo que também tem a ver, já que também estou nestas funções um pouco, um pouco não, um muito, por ser Presidente da Câmara Municipal de Viseu, eu sou Presidente da Associação Nacional de Municípios e quem foi levar este programa que hoje aqui foi anunciado de medias ao Senhor Ministro da Economia fui eu, numa reunião prévia que tive, aliás, com outro viseense que pode testemunhar essa situação e depois, assinámos publicamente este protocolo que dizia, basicamente, três coisas: Era preciso aumentar a taxa de execução, e cá está ela a passar para oitenta por cento; era preciso diminuir o processo burocrático, que era até ali algo de incompreensível e que era preciso ressarcir os municípios, atempadamente, dos dinheiros, porque se, por acaso, fôssemos com aquilo que estava proposto inicialmente nem no fim deste ano de dois mil e dez havia dinheiro a entrar nos municípios, o que significava que já depois de meio do período, nem sequer havia qualquer dotação financeira a entrar por parte do QREN. Eu não percebi sobre o arranque da obra da Escola de Ranhados. É bom saber uma coisa, o Senhor Professor Mateus veio aqui dizer que recebeu por escrito a ideia ou a certeza, que o projecto ia ser entregue em dois mil e oito. Bem, mas devia haver aqui um engano como na placa lá em baixo. O projecto ainda nem foi entregue sequer, foi uma das discussões, tivemos reunião com a Senhora Directora Regional, esteve o Senhor Vice-Presidente, e só agora é que o projecto veio para a Câmara, portanto, na informação que lhe deram pode ser comparada às informações que temos sobre a auto-estrada para Coimbra e outras assim, música para alguém consumir. Ainda agora não temos o projecto, portanto, vale a pena é estes Senhores que estão do lado do Poder, espero que por pouco tempo, façam essa introspecção e, muito sinceramente, vejam o que é que andaram a prometer ao longo do tempo, o que é andaram a dizer e como é que as coisas estão, nomeadamente, quando se muda de equipa para melhor. Uma última nota, porque é inteira justiça, quer no âmbito do Ministério da Economia, quer no âmbito do Ministério da Educação, é meu dever dizê-lo aqui publicamente, que acho que se mudou para melhor e quer os interlocutores que encontramos agora no âmbito da Educação, quer os interlocutores que encontramos agora no âmbito da Economia, são francamente melhores do que os anteriores que não fizeram absolutamente nada, andaram a arrastar os pés. Estes são pessoas de diálogo, pelo menos, é gente que sabe e que ouve. Nós não teríamos este processo do Ministério da Educação, da Escola de Ranhados concluído se, eventualmente, tivéssemos o mesmo interlocutor. Então o que é que estava errado? Quem estava errado é quem lá estava, quem não quis cumprir o que estava no Diário da República. Já agora uma outra coisa, o processo judicial, Senhor Professor Mateus e Senhores Deputados, só foi levantado no exacto momento em que o Senhor Secretário de Estado, incumbido da Senhora Ministra, me garantiu de que o processo estava resolvido. Tivemos, inclusivamente, com o processo judicial retido à espera da decisão, quando foi tomada e foi favoravelmente, dissemos aquilo que sempre dissemos aqui, retirámos o processo judicial. E é tudo Senhor Presidente”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **VINTE E SETE** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Solicita novamente a palavra para um pedido de esclarecimento e diz: “Senhor Presidente da Câmara, gostaria de saber quando é que eu o insultei, porque eu nunca na minha vida insultei ninguém. Se por vezes utilizo um registo de humor, de



ironia, tanto nos textos escritos como nos *cartons*, é porque alguém se põe a jeito como fez o Senhor Presidente no caso das pedradas. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

- VINTE E OITO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder, dizendo: “Senhor Presidente, há coisas que de facto não me merecem resposta. Eu nunca desonrei ninguém. Estar agora também a escolher, se cada vez que há uma intervenção do Presidente da Câmara... Bem, se isto é este registo como utilizei anteriormente, e os Senhores também já deram conta, até porque não houve matéria para o efeito, que eu estou invulgarmente calmo, de certeza absoluta, não é este o meu tom. É evidente que, eu danço de acordo com a música. A música até tem sido suave e eu estou a dançar ao som da música. Então, mas aquilo que o Senhor Deputado veio aqui dizer é o quê? Não me tem insultado? Bem, leia aquilo que escreve. Basta isso, está registado. Aquilo que me disse agora é sempre com humor, quer dizer, é com humor aquilo que o Senhor diz, sente-se bem nesse papel, não sei quantos mais. Depois, quando a gente atira uma pedrada, isso já não é humor é a sério. Acabemos com isso. Se o Senhor quiser respeito tem que o merecer, portanto, eu estou à espera”.

- MESA – o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito bem, escutámos o Ponto Um da Ordem de Trabalhos. Vamos passar ao PONTO DOIS, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o “RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CMV E DOS SMAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE DOIS MIL E NOVE”, nos termos da legislação que é aí referida. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação”.

- VINTE E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Dois e diz: “Muito rapidamente Senhor Presidente, Senhores Deputados. Naturalmente que não vou fazer uma análise exaustiva deste Ponto, mas gostaria de dizer que, do ponto de vista daquilo que fizemos, um estudo atempado e aprofundado àquilo que é a análise orçamental e também nas diversas componentes, isto é, na análise que fizemos à receita corrente, na análise que fizemos às receitas e despesas de capital. Depois, na análise que fizemos à estrutura das várias despesas, mesmo aquilo que resulta do chamado equilíbrio orçamental e saldo de gerência, até à forma como se comportaram as Grandes Opções do Plano as GOP, eu gostaria de marcar apenas uma característica destas GOP, para que fique registado. A estrutura das GOP da Câmara tem este resultado curioso, dizem respeito às funções sociais, isto é, cinquenta por cento do orçamento da Câmara é gasto em funções sociais. Para quem andou constantemente a acusar a Câmara de betão e alcatrão sem preocupações sociais, cá está, metade das GOP é destinada a funções sociais. Trinta por cento a funções económicas, funções gerais dez por cento e onze por cento a uma rubrica residual, outras funções, portanto, quarenta e nove, vírgula dezasseis por cento, mais concretamente, são destinadas a funções sociais. Gostaria de dizer que as receitas próprias atingiram sessenta e um, vírgula dois por cento das despesas efectuadas pelas GOP, o que significa que o Município, felizmente, com a política financeira que tem adoptado é cada vez menos dependente dos chamados Fundos Municipais, o que nos deixa alguma segurança. E também dizer-vos que, no que se refere ao activo líquido, em dois mil e nove ele aumentou cerca de cinco por cento. O valor das dívidas a terceiros também aumentou, naturalmente que foi motivado pelas dívidas resultantes dos Fundos Comunitários ao Município. No que se refere ao passivo, ele sofreu um aumento superior a três milhões de euros que reflectem a dificuldade que temo, naturalmente, sem os dinheiros, merecidos e já justificados, dos Fundos Comunitários. Gostaria também de dizer que o activo total é financiando em cerca de oitenta e cinco por cento pelo activo fixo. Gostaria de dizer-vos, que todos os rácios nos agradem muito, não gostaria de deixar de referir alguns. Os fornecimentos e serviços de terceiros também aumentaram cerca de vinte e dois, vírgula vinte e seis por cento. Os





custos e as perdas no ano de dois mil e nove, no seu conjunto, tiveram uma variação de um, vírgula oito milhos de euros relativamente ao ano anterior. Gostaria de dizer e, facilmente se pode comprovar, que ao contrário do que se disse aqui várias vezes, as receitas provenientes dos impostos diminuíram no Município, o que se percebe dado a nossa posição comparativa com Municípios capitais de Distrito. Gostaria de dizer-vos, por exemplo, no referente ao IMI, nós somos o oitavo Município com a taxa mais baixa, aliás, nós somos o primeiro, porque os outros todos estão, exactamente, com a mesma taxa, mas Municípios abaixo de nós há apenas um, Angra do Heroísmo, de resto, todos os Municípios ou têm taxa igual ou têm taxa superior. Sobre os prédios urbanos já avaliados, estamos também com uma das taxas mais baixas do País, o que se reflectiu, aliás, como já deu conta quem recebeu o talão para pagar o IMI, ele veio bastante mais reduzido, porque foi a conjugação, que eu sempre aqui disse, de dois factores: Por um lado, diminuí o coeficiente de localização e por outro lado, a Câmara baixou a taxa, são dois factores conjugados que se reflectiram no imposto de cada um de nós tem que pagar. Fica também retirada de vez, e espero que fique retirado de vez, aquela ideia que tentaram fazer passar durante anos e anos que eram taxas máximas, Viseu tinha sempre as taxas máximas, mas não tem, Viseu tem das taxas mais pequenas. Bem, mesmo que venham dizer que é agora, o que é facto, é que outros não têm seguido este conselho do Partido Socialista local. Mais, mesmo até os autores e mentores da própria Lei das Finanças Locais fazem, exactamente, o inverso daquilo que os camaradas localmente aqui nos aconselham. Aqui os camaradas dizem-nos: não reduzam os cinco por cento do IRS e, o meu colega António Costa em Lisboa não prescinde deles, portanto, há uma coisa que me parece que é correcto e eu aponte aqui até como “rapel”, se quiser fazer uma gestão financeira adequada é fazer, exactamente, o contrário aquilo que o Partido Socialista nos veio aqui aconselhar. É caminho seguro, se nós fizermos ao contrário daquilo que o Partido Socialista nos vem aqui propor estamos certo de que o caminho é o certo, aliás, penso também que se fizermos ao contrário desse caminho no País também vamos para o sítio certo, tem que ser sempre ao contrário daquilo que o Partido Socialista aconselha. Eu gostaria então de dizer, que os proveitos que diminuíram quatro, vírgula oito milhões de euros e deveu-se, exactamente, à arrecadação inferior de impostos e taxas. Para concluir, no que se refere ao endividamento apuradas as responsabilidades do Município em trinta e um do doze de dois mil e nove, são de seis, vírgula quatro milhões de euros. A capacidade de endividamento a longo prazo é de treze, vírgula trinta e oito milhões de euros, o que significa, que nos dá a capacidade de manobra e segurança extremamente folgadas. É tudo Senhor Presidente”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Alberto. -----

- TRINTA – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu vou aqui repetir aqui algumas das coisas que já foram ditas pelo Senhor Presidente da Câmara, mas de facto, não tínhamos feito qualquer combinação, nem sequer tínhamos falado relativamente às contas do Município. Atendendo aos pressupostos legais em vigor, portanto, o Decreto-lei número cinquenta e quatro A de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro e ao número quatro do artigo décimo, do Decreto-Lei trezentos e quinze de dois de Dezembro, vamos tecer algumas considerações sobre o Relatório de Gestão, Documentos de Prestação de Contas e Inventários, relativos ao Município de Viseu, designados por CMV e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento SMAS, cuja apreciação e votação nesta Assembleia Municipal serão necessários para subsequente envio ao Tribunal de Contas. Atendendo ao que ficou dito no Relatório de Gestão, no que concerne ao enquadramento económico e social em que a actividade municipal se desenvolveu, quer do SMAS, quer da Câmara Municipal de Viseu, com que pessoalmente me identifico, está patente o cenário de crise financeira, económica e social em que vivemos, cujo desfecho se nos afigura



imprevisível, quer quanto à forma, quer quanto ao horizonte temporal. Aliás, quando analisávamos os mesmos documentos em relação a dois mil e oito, foi aqui dito por alguém que havia sido demasiado pessimista, no que concerne ao cenário traçado para os próximos anos. De facto, infelizmente, confirmaram-se essas previsões a saber: o deficit externo nacional está a agravar-se dia a dia, o desemprego continua a crescer para valores inimagináveis, o “rating” relativo a Portugal continua a degradar-se com consequências imediatas nas taxas de juro da dívida pública e, conseqüentemente no deficit. A muito recente apresentação e aprovação do PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento), vai obrigar-nos a um continuar “aperto de cinto”, que apesar de tudo, parecem as medidas aí enunciadas serem insuficientes para fazer face aos desígnios que urge inverter – deficit orçamental, inflação, desemprego, entre outros. Apesar de tudo, continuamos a assistir a uma constante segregação positiva de todos aqueles que pela via do desempenho de cargos da mais variada natureza, para além de remunerações deveras elevadas ainda receberem “fringe benefits” que do ponto de vista financeiro, mas sobretudo, no aspecto social nos deixam boquiabertos. E que dizer do QREN?! Passados que foram três anos, ou seja, quando passou quase metade do seu prazo de aplicação temos níveis de execução extremamente baixos, aliás, como foi dito pelo Professor Paulo Pereira, cerca de vinte por cento. Muitas outras coisas teríamos para dizer, centremo-nos porém na análise das contas. Genericamente, poderemos afirmar que os níveis de execução orçamental se traduziram próximos dos sessenta e nove por cento para as receitas – também este valor devido à crise e alguma diminuição da fiscalidade Municipal – e próximo dos setenta e oito por cento de execução em relação à despesa. No caso da execução orçamental da despesa, apesar de estar estreitamente ligado ao nível da realização da receita, no que concerne às despesas de capital, elas dependem em muito da execução do QREN. Neste particular, sabemos que, não fora a capacidade financeira do Município e este nível de execução ficaria ainda muito aquém. Teremos que ficar satisfeitos com os níveis de execução face aos condicionalismos em que toda a actividade municipal foi desenvolvida. A análise a que nos propomos visa, especificamente, avaliar a forma como as contas e o respectivo relatório foram apresentadas, assim como, evidenciar o desempenho das entidades e ao mesmo tempo analisar números e quadros que a compõem, já também auditadas e certificadas pelo sistema de controlo interno e pelo Revisor Oficial de Contas. Assim sendo, relativamente ao SMAS: O Relatório e Contas expressam de forma clara e apropriada a situação patrimonial, financeira e económica da entidade. Assim, são de referir os seguintes aspectos: Do ponto de vista económico - o resultado líquido do exercício teve uma alteração da tendência dos exercícios anteriores. Apesar dos resultados positivos em cerca de quarenta e nove mil euros; Resultados operacionais são negativos em cento e vinte e um mil; Resultados financeiros em cerca de vinte mil e os Resultados extraordinários positivos em duzentos e noventa mil, em dois o mesmo apresentava um valor substancialmente superior – cerca de oitocentos e seis mil euros. Para esta drástica diminuição contribuíram de forma concertada acréscimos de custos operacionais a saber: - depreciação dos activos fixos tangíveis aumentou cerca de duzentos e vinte mil euros; os acréscimos dos consumos de energia em cerca de cento e sessenta e sete mil euros; houve a manutenção do tarifário da água por razões de natureza social e aquilo que diminuiu, substancialmente, foram as taxas de ligação em cerca de um milhão de euros, ora, isto é reflexo da perda de poder de compra de habitações e das conseqüentes ligações. Se analisarmos os Meios Libertos estes atingem mais de um milhão e seiscentos e cinquenta mil euros, ou seja, o somatório de depreciações, ajustamentos/provisões e resultados líquidos. Do ponto de vista patrimonial, registámos um investimento de cerca de quatro, vírgula oito milhões de euros, Destes quatro milhões referem-se às redes de água e saneamento. Do ponto de vista financeiro, o balanço transmite uma situação de equilíbrio de curto prazo e uma independência financeira face aos credores, tendo por base os



indicadores apresentados no relatório. Apesar de tudo é certo que, o SMAS tem sustentabilidade económica, patrimonial e financeira, se para tal forem continuadas as políticas de gestão que têm sido seguidas ao longo dos últimos anos. Relativamente à Câmara Municipal de Viseu, o Relatório e Contas da Câmara Municipal de Viseu, foram elaborados dentro do enquadramento legal em vigor, como inicialmente referimos, revelando as situações económica, financeira, patrimonial, orçamental e de tesouraria do ano de dois mil e nove inteiramente satisfatórias, mesmo tendo em vista o cenário macro económico e a conjuntura do ano em análise. Assim sendo, salientamos os seguintes aspectos: Os principais aspectos relativamente à análise orçamental - apesar da descida, a execução orçamental da receita ficou num nível aceitável sessenta e oito, vírgula cinquenta e um por cento. Contribuíram decisivamente para esta descida a diminuição da execução ao nível dos impostos: directos e indirectos – descida do IMI e do IMT. Note-se que as receitas próprias do Município representam cerca de dois terços da receita, demonstrando uma boa autonomia financeira do Município (a média nacional situa-se entre os cinquenta e os sessenta por cento) e a média dos grandes municípios não ultrapassa os setenta e cinco por cento. As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução muito baixa (vinte e cinco, vírgula quarenta e oito por cento). Esta situação acontece em dois tipos de receita específicos: transferências de capital e passivos financeiros. Nas Transferências de capital: do valor previsto, cerca de sessenta e cinco por cento não se traduziu em receita liquidada (mais ou menos doze milhões de euros). Esta situação ocorre pela existência de eventuais créditos futuros que as autarquias prevêem ter sobre terceiros, decorrentes da celebração de contratos-programa ou aprovações de candidaturas ao QREN, que só são documentalmente reconhecidos como eventuais créditos a favor da Autarquia no momento da transferência das verbas, apesar da prévia aprovação dos projectos, e, por isso, susceptíveis de inscrição como montante liquidado. Efectivamente, o indicador mais relevante será o da execução da receita, o qual determinará o da despesa. Mas mesmo aquele poderá não espelhar a verdadeira situação financeira do Município, pois não reconhece as receitas liquidadas e não cobradas, as quais constituem activos de curto prazo. Passivos financeiros: O município não realizou oitenta e três por cento do endividamento previsto (cerca de sete, vírgula cinco milhões euros). Em termos de execução orçamental da despesa situou-se nos setenta e oito por cento. Existiu uma diminuição dos encargos financeiros de financiamento, sobretudo pela via da diminuição das taxas de juro e também pela não realização de todo o endividamento previsto. Nas GOP verificou-se uma preocupação acrescida na função social, sobretudo na educação e no ordenamento do território. Note-se que para o seu financiamento, o Município recorreu sobretudo a receitas próprias. O financiamento da actividade municipal e a diminuição do endividamento originaram uma diminuição do saldo de gerência para cerca de metade. Análise Económico e financeira – principais aspectos: Ao nível do desempenho, o Município apresentou um resultado líquido positivo, na ordem de um, vírgula três milhões de euros. Houve uma diminuição face ao ano anterior, sobretudo por via da diminuição dos rendimentos. Destaque-se a diminuição da rubrica - impostos e taxas, já anteriormente assinalado, e dos rendimentos e ganhos extraordinários. Os fundos próprios do Município aumentaram tendo em atenção os dados do relatório de gestão. A não consideração dos créditos relacionados com os fundos comunitários aprovados, faz com que o total de balanço do município se apresente subavaliado. *Em síntese:* Em termos económicos e financeiros, verifica-se que o Município alcançou um desempenho global muito positivo. Pela análise dos indicadores económico e financeiros, destaca-se: As dívidas totais da Câmara Municipal representam dezoito, vírgula seis por cento do total do activo, evidenciando capacidade financeira. O endividamento de médio e longo prazo absorve dezassete por cento dos fundos próprios e quarenta por cento do imobilizado corpóreo. O total do passivo exigível representa vinte e



oito, vírgula, um por cento dos fundos próprios do Município, sendo que o exigível de curto prazo, representa somente onze por cento. Relativamente ao endividamento, verifica-se que o Município dispõe de uma capacidade de endividamento de médio e longo prazos de cerca de treze, vírgula quatro milhões de euros, quando em dois mil e oito se situava nos cerca de nove milhões de euros. Em conclusão, para finalizar queremos prestar um sincero obrigado a todos quantos tornaram possível a elaboração destes documentos que apreciamos, não só pela qualidade evidenciada mas ainda pela forma esclarecedora às dúvidas solicitadas. Em nosso entender, os presentes documentos submetidos à apreciação desta Assembleia, espelham mais uma vez a gestão criteriosa, profissional e dedicada do executivo municipal. Assim, propomos a esta Assembleia que as contas sejam aprovadas, realçando mais uma vez, a qualidade dos documentos apresentados”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: Da análise do Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Viseu, evidenciamos os seguintes dados: A receita total tem uma execução de sessenta e oito, vírgula cinquenta e um por cento ou seja, dos setenta e seis milhões, cento e dois mil, setecentos e setenta e seis euros previstos, foram executados cinquenta e dois milhões cento e trinta e sete mil, duzentos e setenta, noventa e seis. Há, portanto, um desvio de quase vinte e quatro milhões de euros que em cerca de cinquenta por cento está, efectivamente, justificado nas transferências de capital e que, como já percebemos ao longo desta Assembleia, aliás, várias vezes já referiu, devido aos atrasos do QREN, mas, a verdade, é nos deixa por explicar cerca de doze milhões de euros. Quando olhamos para as receitas correntes verificamos que a execução é de noventa e cinco, vírgula quarenta e três por cento, o que não sendo uma execução má, revela, efectivamente, uma previsão desajustada sobretudo em impostos directos e indirectos que se cifra em mais de um milhão e setecentos mil euros. Analisadas também as previsões de receitas de capital percebemos que, para lá das já referidas transferências de capital, a venda de bens de investimento e os passivos financeiros tiveram dotações desajustadas face à realidade do ano de dois mil e nove. Do lado da despesa o que verificamos é que globalmente há uma execução de setenta e sete, vírgula oitenta e sete por cento, sendo que as despesas correntes são executadas em noventa, vírgula oitenta e quatro por cento o que, enfim, não será mau, mas as despesas de capital em apenas sessenta e seis, vírgula zero cinco por cento. Daqui se releva, a título de exemplo, que se as despesas correntes não estiveram, face ao orçamento, muito distantes do objectivo – e destacamos a redução em dois, vírgula oito milhões de euros em bens e serviços, efectivamente, como positiva – a verdade é que a execução de despesas de capital é muito baixa, mormente as transferências de capital que se executam em apenas cinquenta e dois, vírgula trinta e três por cento! O que nos parece ser também relevante é que se analisarmos a estrutura de despesa orçamentada verificamos que as despesas correntes representam quarenta e sete por cento do total da despesa e, portanto, as despesas de capital cerca de cinquenta e três por cento, isto, sublinho, em orçamento. A verdade é que no final do exercício o que resulta é um valor invertido, as despesas correntes passam a ter uma ponderação de cinquenta e seis por cento, o que alteração, claramente, a lógica da despesa, o que, enfim, não sendo dramático não é, efectivamente, um bom indicador. E não deixa de ser curioso que nos rácios, nomeadamente, no quadro nove que nos aparece na análise orçamental do relatório temos, efectivamente, alguns rácios muito importantes e que da sua análise podemos concluir pontos positivos, mas este que acabo de referir não consta. Obviamente que, para esta Assembleia Municipal, acaba por ser um bocadinho maçador este ponto, porque se entrarmos aqui numa linguagem excessivamente, enfim técnica e descritiva, sobretudo do que é o Relatório de Gestão se torna aborrecido, mas tenho que referir aqui



mais alguns pontos e, nomeadamente, positivos. O Resultado Líquido que eu, inclusivamente, aqui nas minhas notas tenho como senso de um milhão, trezentos e quarenta e dois mil, mas pela informação que nos é dada hoje de manhã, e eu aí Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não posso deixar de fazer o reparo de que, efectivamente, a Certificação Legal de Contas foi-me entregue esta manhã, não quero estar aqui a criar uma grande polémica à volta deste tema, mas sendo que a carte é assinada a sete de Abril, portanto, enviada para a Assembleia, a data de entrada é a dezasseis de Abril. De qualquer das maneiras, era, eventualmente um documento, que nossa perspectiva, fazia todo o sentido, ainda que só na sexta-feira, mas que fosse enviado, precisamente, pelo meio que agora estamos a utilizar, que é rápido e muito eficaz, porque há aqui reservas que são feitas, enfim, foram só do nosso conhecimento à chegada a esta Assembleia e que, inclusivamente altera o resultado líquido, como eu dizia, que já de si era positivo, mas que agora com um registo incorrecto, passa a ser mais positivo. E é positivo como também percebemos que o saldo de gerência, apesar da redução significativa face ao ano de dois mil e oito, se encontra justificado e não podemos deixar de notar que o bom equilíbrio da Câmara Municipal, permitiu ao longo do ano que fossem realizados pagamentos a fornecedores decorrentes de obras em curso de candidaturas aprovadas no âmbito do QREN, aliás, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal já várias vezes referiu e, também não é novidade nenhuma, e espero que esta Assembleia releve, não de uma forma como a Bancada do PSD tem vindo a referir nos últimos tempos, mas releve a responsabilidade com que o Partido Socialista se tem apresentado nesta Assembleia, nomeadamente, ao concordar com o Senhor Presidente da Câmara. Também não é nada de novo, no passado já o fizemos várias vezes, que, efectivamente, do ponto de vista do equilíbrio financeiro a Câmara Municipal se encontra bem. Agora, o que nós acabamos por discordar, e face ao que eu acabei de expor, é que com o Relatório de Gestão, não é este especialmente, qualquer um tem uma história, e a história que começa desde logo no próprio Orçamento, o Relatório de Gestão diz respeito a um exercício e responde a um exercício de orçamentação. Ora, é sabido que o Partido Socialista votou contra o Orçamento de dois mil e nove por, entre outras razões, o considerar optimista e desajustado face ao ano que se previa, todos sabemos do que é que estamos a falar. Já o Sr. Presidente da Câmara que o aprovou nesta Assembleia com os votos da maioria, aprovou-o, ao contrário do Partido Socialista, absolutamente convencido que era um Orçamento expansionista e sendo um Orçamento expansionista era, claramente, um Orçamento realista e exequível. Ora, findo o ano de dois mil e nove e apuradas as contas é hoje fácil perceber quem tinha razão e, não obstante reconhecermos o esforço feito, a verdade é que os objectivos, manifestamente, não foram alcançados. Portanto, se, em coerência, o voto do Partido Socialista já não poderia ser outro que não votar contra este Relatório de Gestão, acresce o argumento mais ponderoso de, na nossa perspectiva, se prende com as Grandes Opções do Plano que o actual Executivo, como também já se tem vindo a debater nesta Assembleia ao longo dos anos, opta por assumir prioridades com as quais o Partido Socialista discorda, frontalmente, por entender que essas, de facto, não são as essenciais, ou as correctas, aliás, para garantir o essencial. E o essencial, no nosso ponto de vista, construir um concelho onde o crescimento e desenvolvimento seja sustentado e para isso, como sabemos, é essencial e fundamental, uma política de atracção de investimentos que seja inequívoca e que seja, evidentemente, uma contribuinte líquida para o aumento do emprego, mas sobretudo para o aumento do emprego qualificado. É evidente, que não podemos deixar de prestar atenção especial ao tecido empresarial já existente que é, como se sabe, muito baseado no comércio tradicional e, portanto, nos serviços que conjuntamente com o Centro Histórico, passam dificuldades profundas. Estas são, de facto, as preocupações do Partido Socialista e com as quais justificamos o nosso voto contra no Relatório, aliás, em coerência com o que também os Vereadores do Partido já



fizeram na Câmara Municipal. Eu não posso deixar só de a terminar, num minuto, digamos, resistir à tentação, tenho tentado conter a resistir a estas tentações, mas de facto, não vou conseguir, porque o Senhor Presidente da Câmara, imediatamente antes de eu ter falado, referiu um nome na questão do IMI. Ficamos esclarecidos que, efectivamente, hoje a Câmara Municipal não cobra taxas máximas, mas que já houve alturas em que o cobrou, como o próprio Presidente da Câmara assumiu e, portanto, o Partido Socialista não andou a dizer mentira nenhuma, não andou a inventar nada e o Senhor Presidente da Câmara hoje, aqui, assumiu isso. Mas depois, faz uma referência a uma pessoa que é, de facto, meu camarada no Partido Socialista, que é o Doutor António Costa, que é uma pessoa por quem eu tenho um grande respeito e acho que muita gente lhe deveria ter igual respeito, porque me parece ser um político, tenho a certeza que é um político muito sério e pessoa muito estimável. E faz a referência ao Doutor António Costa dizendo: que em Lisboa se fôssemos a seguir os exemplos do Socialista fariam ao contrário. O que o Doutor António Costa teve que fazer em Lisboa foi remediar as desgraças e as irresponsabilidades cometidas pelos “Doutores Pedros Santanas Lopes e Carmona Rodrigues” e, aliás, o Senhor Presidente da Câmara ganhou com os votos de Viseu, que o Doutor António Costa ganhou com os mesmo em Lisboa e, como sabe, teve a maioria que teve, depois das irresponsabilidades cometidas por Presidente de Câmara do seu Partido. Não consigo resistir a esta coisa de termos estado aqui a trocar “galhardetes” dos seus e os nossos e, enfim... Muito obrigado”.

-----  
 - **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **TRINTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – No uso da palavra diz: “O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu na sua qualidade de Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses afirmava, há bem pouco tempo, que não era boa prática empolar os orçamentos de receita dos Municípios para permitir assim a criação dos deficits orçamentais. A técnica mais apurada para fazer esse empolamento, visto que o POCAL não dá grande margem de manobra ao nível das dotações orçamentais de receita corrente, é de empolar as dotações de receita de capital dos orçamentos, designadamente, prevendo a venda de bens como terrenos, ou participações financeiras, sem a real intenção de os alienar. Como os orçamentos são legal e obrigatoriamente equilibrados, isto é, o total das receitas deve ser igual ao total das despesas, o inflacionar desta forma as receitas permite-se que a Conta de Gerência seja desequilibrada, isto é, no caso do Município de Viseu, as despesas sejam superiores às receitas. A dotação do Orçamento da receita para dois mil e nove do Município de Viseu na rubrica zero nove, venda de bens de investimento é de três milhões, duzentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e cinco euros, sendo a sua execução apenas de treze mil setecentos e cinquenta, isto é, três, vírgula vinte e um por cento da dotação prevista. Já no que é a dotação da receita para dois mil e nove do Município de Viseu, na rubrica dez, transferências de capital é de dezassete milhões, quinhentos e setenta e três mil cento e cinquenta, sendo a sua execução apenas de cinco milhões setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro de receita cobrada e ainda de mais um milhão, oitocentos e seis mil de receita liquidada e não cobrada, isto é, trinta e dois, vírgula noventa e quatro por cento da dotação prevista. Assim, ao nível da execução do Orçamento de receitas de capital, o Município de Viseu em dois mil e nove apenas executou vinte e cinco, vírgula quarenta e oito por cento das receitas previstas. Por contra ponto, as despesas de capital no exercício de dois mil e nove tiveram uma execução de sessenta e seis por cento do montante previsional, ficando por pagar, enquanto compromissos assumidos e não pagos, um valor total de sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dezanove repartidas por dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil oitocentos e trinta e cinco, a título de despesas correntes e quatro milhões, novecentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e três, a título de despesas de capital. Parece-nos que,



afinal, também em Viseu se sobredimensionam orçamentos para permitir o endividamento do Município pela via dos encargos assumidos e não pagos. Afinal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, que vendas de bens de investimento não foram concretizadas e porque razão? Por último, os resultados do exercício de dois mil e nove do SMAS aparentam são lastimosos. Com efeito, no ano de dois mil e oito registaram-se os resultados operacionais positivos de quinhentos e oito mil, duzentos e setenta e um euros, ao passo que em dois mil e nove se registaram resultados negativos de cento e vinte e um mil, seiscentos e setenta e nove. No que aos resultados financeiros respeita em dois mil e oito, verificaram-se os resultados negativos de quatro mil, oitocentos e setenta e oito euros, agravando-se em dois mil e nove para um resultado negativo de cento e dezanove mil seiscentos e cinquenta e seis. Por isso, os resultados correntes que se haviam cifrado em dois mil e oito no valor positivo de quinhentos e três mil, trezentos e noventa e dois, transformaram-se em dois mil e nove num prejuízo gritante de duzentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta e seis euros. Por sua vez, o resultado líquido do exercício, inexplicavelmente, passou de um valor positivo de oitocentos e seis mil, oitocentos e quarenta e três em dois mil e oito, para uns magros e estranhos quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e seis em dois mil e nove, obtidos por via de resultados extraordinários, isto é, não directamente relacionados com a actividade do SMAS. Estes factos são demasiado graves e notórios para não merecerem uma explicação aos munícipes e a esta Assembleia, tanto mais, que não se verifica um acréscimo patrimonial dos investimentos, isto é, do imobilizado, mas sim, um crescimento desmesurado dos fornecimentos e serviços externos do exercício de dois mil e oito para o exercício de dois mil e nove, de quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e sessenta e oito. Impõe-se assim saber, que custos são estes que o SMAS suportou, na certeza porém de que os números apresentados não são brilhantes e merecem clara censura por parte desta Assembleia e o voto contra do Bloco de Esquerda. Obrigado”.

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

- **TRINTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas dizendo: “Muito obrigado Senhor Presidente. Eu vou tentar responder a algumas questões que foram aqui colocadas, também tenho que fazer aqui uma nota prévia, porque das contas, eu tenho receio que não encontremos o registo adequado, estar a falar de coisas, digamos, perfeitamente dessintonizadas nem vale a pena. Mas, queria fazer uma nota em relação àquilo que veio aqui trazer o Deputado João Paulo, deixa sempre alguma coisa para o fim, diz que teve alguma dificuldade, mas deixou para o fim. Eu queria dizer o seguinte, o Deputado João Paulo pode rever isso nos seus arquivos, quem me disse para andar a copiar o Doutor António Costa foi um Deputado, camarada seu, aqui nesta Assembleia, que o fazia recorrentemente aqui, dizia-me: Veja lá que está um Presidente da Câmara há tão pouco tempo e é melhor que o copie, portanto, o que estou a dizer é que só o referi por isso. Pode ver nas actas, toda a gente sabe quem é que o fez. Já agora, também dizer-lhe uma coisa: Não sei que consideração partidária devo ter pelo Doutor António Costa, pessoal tenho muita, mesmo muita. O que trouxe aqui foi o registo, que o meu amigo devia fazer também, era da forma como o Doutor António Costa referia e fazia as suas análises enquanto era Ministro da Tutela e a forma como agora o faz enquanto Presidente da Câmara. Foi só isso que eu trouxe aqui, absolutamente, mais nada, não foi nenhuma desconsideração. Aliás, se alguma vez eu tive muita consideração pelo Doutor António Costa é agora, porque dei conta que no papel de Presidente da Câmara tem as mesmas dificuldades que eu tenho, que não tinha enquanto Ministro, portanto, isto não me coíbe de lhe dizer que aquando Ministro não percebeu o problemas das Câmaras e agora está a pagar das suas decisões. Fui eu que aprovei a Lei das Finanças Locais? Foi o Doutor António Costa, enquanto Ministro, e com poucos aplausos, apenas com um colega do



Norte do Distrito, conhecido, o Senhor Presidente da Câmara de Resende e poucos mais, pois dois ou três dos novecentos que lá estavam, só vinte é que estavam a favor e agora, ao que se sabe, há apenas dois defensores da Lei das Finanças Locais. Aliás, é tanto assim aquilo que lhe estou a dizer que um governante viseense que foi Membro desta Assembleia Municipal, declarou publicamente que vamos rever a Lei das Finanças Locais. Está a ver aquilo que veio para aqui dizer. Os Senhores aqui, algumas pessoas aqui, pessoas que já não estão desse lado estão desta parte, o Senhor Doutor João Cruz assentou com a cabeça, vinham defender os méritos da Lei das Finanças Locais, portanto, estão a ver como é que estas coisas dão a volta e a verdade vem sempre ao de cima. A Lei das Finanças Locais é uma má Lei já não serve a ninguém, nem aos próprios socialistas. Foi apenas aquilo que eu disse do Doutor António Costa, tudo aquilo que quer dizer mais não foi da minha responsabilidade, portanto, fiquemos por aqui. Já agora, uma outra coisa que foi dito aqui, eu queria dizer, não vou comentar sequer a posição do Doutor José Alberto, ele disse uma coisa que para mim chega, disse assim: Nem sequer tínhamos falado. De facto, não, mas como andámos na mesma escola também percebemos que a linguagem é muito simples e o que disse aqui, naturalmente, que eu partilho por inteiro, nem sequer vou comentar. A diferença da execução das receitas e da despesa só é possível por a Câmara ter sustentabilidade financeira. Só foi possível a alguém que arrecadou x e gastou x mais, porque tinha o tal dinheiro que os Senhores achavam que não era necessário guardar e é só por isso, vamos ver quem é que estava do lado errado. Depois, o Deputado João Paulo veio aqui fazer um exercício que pode pegar para quem não anda a par destas coisas, veio dizer assim: Vejam lá que se enganaram nas previsões das receitas. O Deputado João Paulo não sabia, de certeza, porque senão, não tinha dito isso ali. A previsão das receitas não são livres, há uma disposição que as adequa ao histórico anterior e, portanto, aquilo que veio dizer foi impensado. Não são livres, elas têm uma forma de serem calculadas. Depois disse uma série de coisas que eu rebateria em “duas penadas”. Veio dizer que nós criámos um Orçamento expansionista e depois, deixou o resto. O Orçamento expansionista foi no ano de dois mil e nove, tínhamos eleições à porta. Já alguém viu alguma vez o Concelho no estaleiro que está agora sem as eleições? Nós começámos todas as obras no tempo certo. Nós não começámos a duzentos e trinta e um por haver eleições, nem a duzentos e vinte e nove. Nós começámos no tempo certo e agora é que a cidade anda em obras, a Alberto Sampaio em obras... É agora que a cidade e o Concelho andam em obras! Não há eleições aí à vista, podem haver eleições antecipadas, mas não é para a Câmara, presumo eu. Nada do que estiveram a dizer, relacionar o Orçamento expansionista com a vontade de ganhar as eleições não pega. Se há uma coisa a que nós habituámos os viseenses, foi a estarmos indiferentes à temperatura eleitoral. Isso foi uma das marcas que espero que tenhamos deixado ao longo destes seis mandatos, foi fazer obras quando elas são precisas, portanto, não é ao som de qualquer música, e sobretudo, também não trazemos aquelas coisas grandes que se vão pondo aí nos salões, sobretudo nos salões municipais, que até se vão pondo mais do que uma vez, mais do que duas, mais do que três para a mesma coisa. Vejam lá quantas vezes é que já ouvimos aquela música da auto-estada para Coimbra, já foi tocada aqui, tocada além, por este, por aquele maestro e ainda nada. Não venham com essa, porque não pega. Este Concelho só tem o desenvolvimento que tem, exactamente, por ter a perspectiva contrária àquela que o Deputado João Paulo diz. O Deputado João Paulo diz assim: O PS discorda das prioridades, problema do PS. Os viseenses concordam. O que é que eu tenho a ver que o PS ande ao contrário dos viseenses, ande em contra-mão, como as pessoas em contra-mão têm desastres, lá teve o desastre eleitoral no dia onze de Outubro, é complicado, portanto, é só porque o PS ainda não percebeu os viseenses. Eu sei que ainda está muito na moda, quando a história da Branca de Neve e do Gato Preto, mas eu... É que de facto, se o PS tivesse perguntado ao gato qual era o caminho para ir não sei para onde, tinha-lho indicado, mas o PS perguntou





ao gato: Para onde é que a gente vai? O gato disse: Diz lá qual é o caminho. O PS não sabia, então vai por qualquer um e os Senhores esbarraram-se. Andam há seis mandatos sem saber qual é o caminho, ou sem saber para onde é que vai um dia, depois escolhem o caminho com vários protagonistas, já foram seis protagonistas diferentes. Vão pelo caminho errado esbarram-se na primeira curva, mas isto não é culpa minha é culpa vossa. Felizmente para nós, os viseenses perceberam perfeitamente como é que os Senhores gerem. Eu só tenho pena, muito sinceramente, que aquilo que os viseenses perceberam, não tivesse percebido há mais tempo o País, não estávamos neste desastre que estamos agora, portanto, não éramos, qualquer dia, mais parecidos com os Gregos do que aquilo que a gente pensava. Vamos ver se não estamos aqui a trocar aquilo que devíamos fazer. Há uma coisa fundamental em gestão financeira, na gestão financeira também deve falar quem sabe. O que o gestor financeiro deve fazer é vir aqui dar conta dos desvios e toda a gente sabe aonde é que foram os desvios das receitas da Câmara. Então a Câmara estimou algumas receitas que são de decisão externa e, portanto, se elas tivessem vindo estavam aqui plasmadas. Nós não podemos decidir por outros. Então fomos nós que atrasámos o QREN? Se as receitas do QREN estivessem aqui tinha uma outra configuração. Já agora, como eu aqui ouvi uma coisa curiosa, o Presidente da Associação de Municípios, eu depois hei-de falar com ele, disse-lhe que era contra o empolamento de receitas. Só que disse uma coisa, que eu apontei aqui outra vez, está escrito nos jornais, empolamento de receitas que não se tenha a certeza, que como foi fito, e foi isso que eu vim criticar, que se tem a certeza que não se arrecadam. Essas é que sou contra, aliás, dei até um exemplo daquilo que faz a Câmara de Viseu, que resolveu esse assunto de uma forma muito correcta. A Câmara de Viseu, quando não tem a certeza de algumas receitas, ou quando acha que elas são duvidosas orçamenta-as como extensão e põe-nas numa coluna a definir, exactamente, para precaver situações, mas pronto. Já agora, uma outra coisa que eu ouvi, mas a gente tem que ouvir e é, exactamente, por isso, ouve-se aqui aquilo que a gente quer, que gosta e que não gosta. Disse aqui uma coisa muito interessante, os resultados dos Serviços Municipalizados são magros, é uma vergonha. Depois veio com a justificação, para alguém que já fez análise financeira, soa-lhe de uma forma espectacular, são magros, porque são cobertos pelos resultados extraordinários, o que significa, que se os Serviços Municipalizados não fossem cobertos por alguns resultados extraordinários, algumas receitas da Câmara e se cobrassem as taxas de acordo com os resultados operacionais, os viseenses não pagavam a taxa de ligação da água x, depois pagavam x mais z, para que os resultados fossem equilibrados. Isto é falar daquilo que não se sabe e, portanto, a conclusão a tirar é, os Senhores farão as vossas prioridades. Nas próximas candidaturas dizem como é que vão fazer quando chegarem à Câmara e eu aquilo que tenho que desejar é, aproveitar a presença do Papa Bento XVI, para que os Senhores nunca cheguem à Câmara, porque era desastre absoluto”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo. -----

- TRINTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “O Senhor Presidente da Câmara Municipal já também nos habituou a que, para usar a figura que utilizou também, independente da música que lhe dêem, dança da maneira que quer e como é evidente, está no seu direito de o fazer, enfim, quem nos acompanha nestas Assembleias Municipais, lá fora, os viseenses, farão a sua apreciação disso mesmo. De qualquer das maneiras há aqui duas questões que me falharam na minha intervenção inicial e que eu gostava de ter um comentário seu. Em relação ao que é a apreciação legal de contas do ROC, se tem algum comentário a fazer às reservas que são colocadas. Há algumas que são questões que não têm, enfim, grande importância, mas outras não são, de facto, digamos, ligeiras. E depois também uma situação que gostaria de o questionar que tem a ver com depósito famoso do Banco Privado Português e, portanto, se presta um esclarecimento a



esta Assembleia a esse respeito”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Muito obrigado Senhor Deputado. Dado que não tenho mais nenhuma inscrição, termino a segunda ronda e dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder”. -----

- TRINTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Deputado João Paulo, eu tenho todo o gosto em responder por seu intermédio ao Vereador João Cruz. Claro, eu vou responder aos dois. Esta pergunta veio, nós não estamos aqui a dormir, também estamos aqui atentos, por causa disso é que foram as pedras, estamos entendidos? Também foi a presença de um Vereador, era outro, porventura, até menos simpático, mas também foi por causa disso. Vamos ver se nós nos entendemos. O Deputado João Paulo pois aqui duas questões: Depósito do BPP, eu queria dizer que nós vamos receber a última tranche que nos falta e queria também dizer o seguinte, a Câmara, neste momento, se fizesse as contas só, já recebeu todo o dinheiro que pôs no BPP, já recebeu até mais. Mas nós temos lá um milhão, duzentos e tal mil euros que vamos receber, presumo eu, a partir do próximo dia seis de Maio. Mas o que é que está implícito nessa pergunta? A Câmara não teve nenhuma culpa? Quem teve a culpa foram vocês com o regulador. Vocês é que tiveram culpa. Então agora um depositante vai a um Banco ainda por cima tem que escolher se o Banco está em condições ou não. Eu fui a um Banco legalmente formado existente no mercado, por concurso, que é aquilo que os Senhores não sabem fazer. Os Senhores não sabem fazer concurso. Na Parque Escolar, ou não sei quê, é tudo por ajuste directo. Nós fomos por concurso e apareceu aquele Banco que não estava banido da cena nacional. Era um Banco legal como outro qualquer e, portanto, agora ainda querem atirar as culpas para a Câmara, eventualmente, por não ter escolhido outro Banco? Nós escolhemos aquele Banco que durante anos nos propiciou rendimentos grandes, de tal maneira que nós já ultrapassámos o montante que lá depositámos com os juros. Era aquilo que qualquer gestor faria, fez um concurso, veio um com a taxa x. Olha se nós tivéssemos optado por um Banco com a taxa inferior! O que é que os Senhores não viriam aqui dizer. Nós optámos pelo Banco com a taxa maior por concurso, volto a dizer. Já agora, deixem-me dizer o seguinte: O Presidente da Câmara não dorme muito, dorme pouco, nós tínhamos lá sete milhões de euros e levantámos seis e não levantei os outros até, porque achei que não havia risco nenhum, Já agora uma outra coisa, fique a saber, eu não deixava nunca prejudicar o Concelho. Se a Câmara tem depósitos na Banca, também lá tem, digamos, deveres e também lá tem algumas obrigações. Então eu deixava que um sistema que me obriga a pagar, não me pagasse? O dinheiro não é meu é dos viseenses, portanto, nunca os viseenses ficariam sem este dinheiro, nunca! Mas eu espero que não seja preciso mais nada, não sei se em relação ao BPP estamos de acordo. Agora o resto, eu confessar aqui uma coisa, se calhar, não o devia fazer. Como sabem, estive algum tempo ausente e só vi a certificação das contas hoje de manhã a correr, estava a tomar um cafezito e vi-as de manhã. Eu sabia, olha lá vai isto para a Assembleia Municipal e até sabia que quando chegasse o Vereador João Cruz, se ele chegasse a tempo o Deputado João Paulo fazia de uma maneira, se não chegasse, fazia de outra. Por isso é que o Deputado João Paulo foi meigo na certificação e depois, com veio o Vereador João Cruz... Eu peço desculpa, isto até pode ser tudo mentira, eu também estou a deitar azo à minha imaginação, pode ser tudo mentira, mas pronto, não estou aqui a desonrar ninguém também, não é ataque à honra pois não dizer isto? Bem, o que é que vem lá? Vem lá um problema, foi que um dos técnicos se enganou a classificar. Com “o diabo”, então fui eu que lhe peguei no punho? Já agora, uma outra coisa, vêm lá quatro observações que eu não acho nada de anormal e que a Câmara vai procurar resolver, se elas tiveram cabimento. Mas já agora, deixem-me dizer-vos uma coisa muito a sério, se fosse tudo verdade e seguir tudo o que estava ali, os Presidentes de Câmara eram todos revisores de contas. Eu, por acaso, não sou, não pedi,



não fiz... Aqui que está lá é uma opinião, uma já está corrigida. Então, até tem lá uma parte que o Deputado João Paulo admitiu que até tem uma influência nas contas prejudicial à Câmara, não é? Se tivesse sido classificado, digamos, de outra maneira... Mas é isto que faz na pergunta? Eu vou só dar um exemplo, aquilo que eu vi para aí em trinta segundos, eu não vi mais do que trinta segundos o documento. Vem lá uma coisa curiosa, o técnico a classificar as doações, aquilo que resultou de operações urbanísticas na Avenida Doutor António José de Almeida, o técnico classificou-as como doações, quando não são. Aliás, se o técnico, que é um excelente técnico, se tivesse pensado mais um bocadinho dizia que ninguém dá nada à Câmara, porque doações nunca poderiam acontecer. É disso que estamos a falar. Eu não sei se o esclarecimento chegou. Só para dizer que nós vamos corrigir o que lá estiver. Esta correcção da classificação já está feita, a outra que resultar, digamos, apenas de uma posição pessoal vamos ver se ela carece de correcção e fá-la-emos sem problema nenhum”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito bem. Estamos em condições então de passar à votação. Só um esclarecimento que eu me esqueci de dar ao Deputado João Paulo. Eu também só hoje de manhã, quando cheguei aqui às nove horas, tive conhecimento e despachei de imediato para os Líderes Municipais o relatório, portanto, ele foi despachado e entregue, quando a Assembleia também teve conhecimento dele. Vamos passar à votação. Não é preciso estar a ler, os Senhores Deputados sabem o que estamos a votar, o “RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEUROS DA CÂMARA PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE”. *Foi aprovado com quarenta e sete votos a favor, nove votos contra e três abstenções.* Vamos passar agora ao PONTO TRÊS, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE VISEU”, portanto, com a fundamentação legal que está na Ordem de Trabalhos. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar, prescinde? Muito bem. Dou a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão”. -----

- TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Solicita o uso da palavra e diz o seguinte: “Apenas para saudar a chegada a esta Assembleia, deste documento “Regulamento Municipal e Tabelas de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Viseu”, aliás, um documento que o Grupo da Assembleia do Partido Socialista, por diversas vezes ao longo dos últimos dois anos, aqui fez sentir a necessidade da sua concretização. É um trabalho que consideramos bem elaborado pelo Professor Doutor José da Silva Costa da Universidade de Economia do Porto, pela equipa desse Senhor, que traduz de alguma forma a objectividade e a clareza com que os munícipes deste Concelho vêem agora plasmadas as taxas a que estão sujeitos, nos termos deste Regulamento. Não podemos deixar de realçar a vertente ali implícita do custo/benefício que as taxas contêm, mas, essencialmente, realçar o bom trabalho aqui prestado pela equipa do Professor Doutor José da Silva Costa, o que nos leva a não ter nenhuma reserva em fazer aprovar esta proposta da Câmara Municipal”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Muito rapidamente, é só para dizer que este regulamento visa adaptar os nossos regulamentos, passe a redundância, em posição legal que decorre da Lei número cinquenta e três barra E de dois mil e seis, nomeadamente, o seu artigo oitavo. Eu queria só dizer que a nível de taxas nós conseguimos vislumbrar qual é prestação específica que temos, ao contrário dos impostos que nós vemos arrecadados pelo Estado e que muitas vezes não são distribuídos de forma igualitária e equitativa pelas regiões. E, portanto, quando nós temos um bem, bem especificado que recebemos somos sempre favoráveis a isso. É só para dizer que isto é uma mera formalidade legal e que terá, obviamente, a nossa aprovação”. -----



- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----
- **TRINTA E OITO** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Eu tenho uma Proposta de Alteração ao Projecto. O presente projecto de regulamento e tabela de taxas, licenças e outras receitas do Município de Viseu constitui o momento oportuno para nos debruçarmos sobre a dura realidade do pequeno comércio em Viseu. A abertura de grandes superfícies comerciais na cidade nos últimos anos, debilitou o comércio tradicional, ameaçando postos de trabalho, tendo, por outro lado, diminuindo o brilho da vida no centro da nossa cidade, tendo nisso responsabilidades, pelo licenciamento, a nossa autarquia. Hoje, o comércio tradicional definha, e com ele a zona histórica da cidade, com especial relevo para a Rua Formosa, a Rua Direita, A Rua do Comércio e Ruas adjacentes, neste último caso, da Rua Direita, com o agravamento das condições de segurança pública de pessoas e bens. As pessoas que ainda habitam essa zonas, encontram-se envelhecidas, e este cenário de lento ocaso do comércio tradicional isola-as e expõe-las a fenómenos de isolamento e de insegurança, que mais do que pela via da assistência domiciliária, relativamente ao isolamento, ou pela via do cassetete e da presença policial, relativamente à insegurança, se resolvem pela via da reanimação dessas zonas. Como eu costumo dizer, o que é preciso para resolver o problema da segurança, “biovigilância” e não a videovigilância. O mais importante é a “biovigilância”, que é dar vida ao Centro Histórico e o comércio tem um papel fundamental nisto. Para bem dessa dinâmica de revitalização, o comércio tradicional e o turismo têm de ser acarinhados, para que a cidade no seu todo possa ser uma cidade mais viva e mais atractiva. Assim, o Bloco de Esquerda pretende que os pequenos comerciantes sejam incentivados e positivamente discriminados pelo Município de Viseu, criando-se isenções de taxas para as pequenas empresas e comerciantes, já sobrecarregados com o peso de contribuições e serviços obrigatórios como a consultadoria e implementação do HACCP, ou as relacionadas com os serviços de higiene e segurança no trabalho, que muitas vezes representam uma pesada renda mensal. As taxas cobradas pela ocupação de espaço aéreo com publicidade, e da via pública com esplanadas, devem ser objecto de isenção para todos os comerciantes e empresas que, tenham receitas de vendas e prestações de serviços inferiores a cento e cinquenta mil euros anuais. Deixem-me só dizer-vos, que ainda recentemente saiu nos jornais, que a Câmara de Matosinhos também isentou de taxa de ocupação de espaço público, as esplanadas, o que também já está a ser feito pela Câmara do Porto, não só na Ribeira como até na própria Avenida dos aliados. Claro está que, a isenção proposta é apenas de pagamento de taxas, não prejudicando a necessidade de aprovação municipal para o licenciamento instalação da publicidade e de esplanadas, que deverá ser sempre concedida de acordo com as regras definidas. Para a verificação dos critérios da isenção, deverão os requerentes apresentar, aquando do requerimento da licença, e nos respectivos pedidos de renovação, documentos comprovativos da administração fiscal relativamente ao seu volume de vendas. O Bloco de Esquerda propõe que seja aditado uma alínea m) ao número um do artigo trinta e nove do Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Viseu, com a seguinte redacção: “m) a publicidade e ocupação da via pública requeridas por comerciantes e sociedades comerciais com um volume de vendas e prestação de serviços inferior a cento e cinquenta mil euros anuais, devendo para o efeito no requerimento da licença, ou vinte dias antes da sua renovação apresentar requerimento para a isenção à Câmara Municipal, acompanhado de documento fiscal comprovativo”. Obrigada”. -----
- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Como sabe, nos termos da Lei do Regimento, se for uma Proposta de Recomendação ao Município, o Município terá que a levar em linha de conta e, se entender, introduzi-la no regulamento terá que a levar primeiro à Sessão de Câmara que depois a propõe à Assembleia



Municipal. A Assembleia Municipal não tem competência directa, é por proposta do Executivo Municipal. Esta Proposta que, no fundo, está aqui a fazer eu não a posso pôr à votação, portanto, pode funcionar como uma Recomendação ao Executivo, o Executivo se posteriormente vier a entender que faz sentido, leva-a à Sessão de Câmara e depois traz à Assembleia Municipal de novo o regulamento. Eu vou aceitá-la na perspectiva de a fazer chegar ao Executivo como uma Recomendação futura para este Regulamento. Vamos passar à votação deste Ponto Três. *A Proposta foi aprovada com cinquenta e quatro votos a favor, zero votos contra e uma abstenção.* Passamos ao ponto seguinte, **PONTO QUATRO**, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “**REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS**”, nos termos referidos na nossa Convocatória. Passo a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para apresentar”. -----

- **TRINTA E NOVE – SENHOR VICE-PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Quatro e diz: “Aquilo que realmente queremos aqui apresentar é que este regulamento já teve inquérito público e vem um pouco na lógica daquilo que fizemos para a Tabela de Taxas e Licenças. Tentar ajustar à realidade e introduzir sempre, que possível, os incentivos e os desincentivos e, portanto, durante o período de inquérito público não teve, realmente reclamações e foi também aprovada por unanimidade, porque segue, realmente, esta lógica de tornar ainda mais transparente, enfim, os instrumentos que nós temos, neste caso específico, de definição de taxas para a urbanização e edificação. Por isso peço, realmente, a aprovação da Assembleia. Muito Obrigado”. -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- **QUARENTA – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENÇÃO (PS)** – No uso da palavra diz: “Apenas para duas notas: A primeira para dar por reproduzida toda a minha intervenção anterior em relativamente ao Ponto que antecedeu este. Acrescentando tão-somente que este estudo veio demonstrar, de alguma forma, e eu acrescento isto, porque também se aplica ao ponto anterior, passou-me despercebido, veio demonstrar que em termos de política fiscal pode haver, de facto, alguma moderação por parte da Câmara Municipal. Constatamos, efectivamente que não houve aumento de taxas, porventura, algumas foram até diminuídas, o que demonstra que pode haver alguma moderação na arrecadação fiscal por parte do Município. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **QUARENTA E UM – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “O projecto de Regulamento Municipal de Urbanização Edificação e Taxas, que hoje nos é apresentado à votação pelo Executivo Municipal, é um documento eminentemente técnico, cujo estudo poderá até parecer fastidioso. No entanto, e apesar desse carácter técnico, tal documento não deixa de ter opções e consequências políticas, traduzindo assim políticas de gestão urbanística que merecem mais que o silêncio cúmplice ou a indiferença dos eleitos locais das várias formações políticas, traduzidos em votações unânimes. O Bloco de Esquerda, considerando o crescimento da cidade e do Concelho de Viseu, entende que esse crescimento deve ser sustentado e equilibrado, privilegiando-se o investimento na recuperação urbanística e a participação cidadã na gestão urbanística. Por isso, o Bloco de Esquerda entende que o presente projecto de regulamento para merecer o seu voto favorável, deverá sofrer duas alterações. Em primeiro lugar, entendemos que os critérios para a dispensa de consulta pública são demasiados alargados, considerando que se optou pelo máximo legalmente previsto para a dispensa da consulta pública, onde qualquer cidadão pode exprimir a sua opinião e dar sugestões ao Executivo Municipal. Ora os critérios máximos para a dispensa de consulta pública são: Quatro hectares de extensão da operação de loteamento, cem fogos, ou a construção que permita alojar dez por cento da



população do aglomerado urbano onde se insira o projecto. Estes números são de grande dimensão, e poderão abranger projectos de grande envergadura, permitindo-se, por esta via, em nome da celeridade decisória em benefício dos grandes interesses imobiliários, sonegar aos cidadãos a possibilidade de terem uma intervenção acrescida no licenciamento de obras que, pela sua dimensão, poderão afectar irremediavelmente o equilíbrio paisagístico, urbanístico e ambiental da cidade e do Concelho. Temos pois, por prudente e desejável, que a dispensa de consulta pública ocorra apenas quando não sejam ultrapassados um dos seguintes limites: um, vírgula cinco hectares de execução da operação de loteamento, cinquenta fogos, ou a construção que permita alojar dois e meio por cento da população do aglomerado urbano onde se insira o projecto. Assim se fará, a nosso ver, uma justa ponderação entre a celeridade dos procedimentos, e a preservação do princípio da participação e controlo dos munícipes na gestão urbanística. Em segundo lugar, o Bloco de Esquerda, ao nível municipal, tudo fará para que seja privilegiada a requalificação do parque urbano em relação à nova edificação, evitando assim a degradação do parque urbano, em especial na zona histórica da cidade. Só assim privilegiaremos o desenvolvimento sustentável, a segurança de pessoas e bens, que tantas vezes é posta em causa pela desertificação de determinadas áreas, como pela degradação do edificado, como é disso triste exemplo a nossa Zona Histórica. Por isso, o Bloco de Esquerda propõe possibilidade de isenção ou redução das taxas devidas no âmbito deste regulamento, às operações urbanísticas que incidam em áreas e períodos temporais, a definir pela Câmara Municipal, em função da relevância histórica, arquitectónica e urbanística. Propositadamente, porque considerando o papel do executivo no sistema de governo autárquico actual, deixamos ao seu critério a definição dos limites espaciais e temporais dessas isenções. De igual forma, as operações urbanísticas que incidam sobre imóveis classificados como património cultural, tendo sem conta as restrições que são impostas no seu caso às operações urbanísticas, devem ser isentas de taxas, procurando-se assim não só incentivar a sua recuperação e preservação, como também compensar os particulares pelas limitações que sofrem no seu direito de edificar, em função do interesse público. O Bloco de Esquerda propõe que seja alterado o número um do artigo nono do projecto de Regulamento Municipal de Urbanização Edificação e Taxas, passando a ter a seguinte redacção: “Um – São dispensadas de discussão pública as operações de loteamento que não excedam nenhum dos seguintes limites: a) Um, vírgula cinco hectares; b) cinquenta fogos; c) dois e meio da população do aglomerado urbano em que se insere a pretensão”. O Bloco de Esquerda propõe que seja aditada uma alínea ao número um do artigo dezanove do projecto de Regulamento Municipal de Urbanização e Taxas, com a seguinte redacção: “d) Os promotores de operações urbanísticas em imóveis classificados como património cultural”. O Bloco de esquerda propõe que seja aditado um novo número ao artigo dezanove do projecto de Regulamento Municipal de Urbanização Edificação e Taxas renumerando-se os números já existentes, com a seguinte redacção: “Dois – A Câmara Municipal, por deliberação genérica, poderá isentar ou reduzir as taxas previstas no presente regulamento, para as operações urbanísticas que visem a requalificação urbana, fixando os limites temporais e territoriais de tal isenção ou redução”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado. Digo o mesmo que disse anteriormente, farei chegar depois a sua intervenção ao Executivo. Como mais ninguém se quer pronunciar sobre esta matéria, vamos passar à votação. A Proposta foi aprovada com cinquenta e quatro votos a favor, uma abstenção e zero votos contra. Está esgotada a nossa Ordem de Trabalhos. Também tenho a informação de que não existe nenhum cidadão que queira intervir no Período do Público, pelo que queria agradecer a presença de todos e dava por encerrada esta Assembleia Municipal Ordinária”.



----- A Sessão encerrou às treze horas e dois minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**(António Joaquim Almeida Henriques)**